



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 22 - Nº 408 - DE 20 DE MARÇO A 4 DE ABRIL DE 2011 - R\$ 3,00

FORA OBAMA DO BRASIL!



**Abaixo a intervenção militar do governo Dilma na usina de Jirau!
Todo apoio à luta dos operários!**



**Viva a revolução líbia! Fim da ditadura de Kadafi!
Fora o imperialismo! Por um governo revolucionário
de operários e camponeses (ditadura proletária)!**

FORA OBAMA DO BRASIL!

Lula recebeu George W. Bush – o carniceiro do Iraque e Afeganistão. Dilma, agora, recebe Obama – o hipócrita presidente dos Direitos Humanos. Republicanos e democratas se revezam no poder do Estado com a mesma política de assegurar e expandir o poderio norte-americano. Obama vem ao Brasil com um gesto de apoio ao alinhamento do governo Dilma ao imperialismo em geral e, em particular, à política dos Estados Unidos.

A crise mundial não foi debelada. Pelo contrário, o pequeno respiro indica que retomará com muito mais força. A falência de Estados nacionais na Europa é um dos sintomas. Nesse quadro, a economia no Brasil aumentou sua importância para as potências. Deverá contribuir em escala maior na proteção dos monopólios internacionais e na manutenção da ordem mundial estruturada sobre a base do domínio imperialista.

Obama vem ao Brasil para em tom amistoso dizer que está feliz com o apoio que começou a receber do novo governo à sua política de Direitos Humanos. E que foi e será bom para o mundo condenar a ditadura de Muamar Kadafi. E que conta com a participação brasileira doravante na cruzada para derrocar o regime dos aiatolás no Irã, arrancando-lhe o programa nuclear. Demonstrará a Dilma como foi positivo quebrar o ímpeto revolucionário das massas no Egito, promovendo uma operação cirúrgica de destituição do moribundo ditador Mubarak, por meio de um golpe militar palaciano. Nos levantes em países do Norte da África e do Oriente Médio, os Estados Unidos exerceram seu poderio para que as mudanças políticas não afetassem a ordem mundial, o que é bom para o capitalismo no Brasil – certamente dirá Obama a Dilma.

As fontes de petróleo, sua exploração pelas multinacionais e sua distribuição estão garantidas pelos Estados Unidos, com apoio da Inglaterra, França, Japão e dos países “emergentes”, como o Brasil. Lula foi um bom colaborador. Ajudou a Casa Branca a disciplinar o nacionalismo de Hugo Chávez e Evo Morales. Manteve as portas sempre abertas para as multinacionais. Deu segurança ao capital financeiro internacional. E sobretudo manteve a classe operária em rédeas curtas, não permitindo que a burocracia sindical afrouxasse o cabresto imposto pelo Estado burguês às Centrais e sindicatos. Por tudo isso, Lula mereceu ser chamado carinhosa e respeitosamente de “o cara”. Mas Lula fez a bobagem de querer mostrar um Brasil independente em questões como a do Irã. E já não havia mais sentido poupar Fidel Castro da espada dos Direitos Humanos dos Estados Unidos. Também se desgastou apoiando Manuel Zelaya contra o golpe de Estado em Honduras. Esses arroubos devem ficar para trás.

A democracia do imperialismo, afinal, está triunfando. É verdade que os Estados Unidos promoveram ditaduras sanguinárias – uma delas a de Mubarak – e ainda sustentam mo-



narquias, como a da Arábia Saudita. Mas as mudanças estão ocorrendo e os Estados Unidos se colocam à sua frente para que tudo ocorra dentro da ordem mundial, da paz e da democracia. Obama reconhece a “comunidade internacional”, que expressa a força do capitalismo mundial. Se Bush pôs de lado a política norte-americana de Direitos Humanos, que se universaliza por meio da ONU, foi devido a circunstâncias provocadas pelo terrorismo. Bin Laden, com sua Al Qaeda, obrigou os Estados Unidos a partirem para a guerra – mas Obama lamenta a morte de milhares de inocentes. E o fato da Casa Branca, da CIA e do Pentágono falsearem a verdade com a mentira de que o regime de Saddam Hussein estava prestes a obter armas de destruição em massa? Obama dirá que foi um equívoco, mas que está sendo reparado com a volta dos Direitos Humanos. E Guantánamo,

centro de tortura, por que Obama não cumpriu seu imediato fechamento? O Presidente dirá que a grande democracia norte-americana não permitiu, embora fosse a sua vontade. É bom que ninguém pergunte ao chefe da Casa Branca sobre as torturas a que foi submetido Bradley Manning, preso no centro de detenção da brigada militar de Virginia, acusado de vazar informações para o WikiLeaks. A resposta já foi dada com a demissão do porta-voz do Departamento do Estado, Philip J. Crowley, por ter confirmado a tortura. Nada disso tem importância para o governo Dilma.

Obama pisará em solo brasileiro, chileno e salvadorenho trazendo na ponta da língua os Direitos Humanos, emanados dos Estados Unidos para o mundo por meio do poderio econômico e militar. Evidentemente, há outros interesses bem definidos. Os Estados Unidos bloquearam a decisão de Lula de comprar aviões militares da França. O desfecho foi transferido para Dilma. A indústria armamentista norte-americana necessita de bons negócios, premida que está a economia do país. Um outro, é o petróleo. Obama oferecerá ao governo brasileiro préstimos, como capital, tecnologia, maquinaria, etc. Estará empenhado em transformar o Brasil no mais novo fornecedor de óleo bruto. As suas multinacionais já estão enfronhadas na prospecção. Trata-se de alargar os negócios. O Brasil passou a ser estratégico para os Estados Unidos também quanto ao petróleo. Em um capitalismo mundial conturbado, marcado pela crescente disputa por matérias primas, a descoberta do Pré-sal abriu mais uma frente estratégica de energia. Está aí por que a Casa Branca reativou a IV Frota e reforçou sua presença militar na América Latina, estabelecendo bases na Colômbia. Crescerá, assim, a influência imperialista sobre o Brasil.

A burguesia brasileira se encontra amplamente atada ao capital internacional. As forças produtivas internas estão condicionadas pela economia das potências. Lula arvorou-se em vôos rasos. Foi o suficiente para o imperialismo mover setores

da burguesia brasileira a conter os ímpetos de independência. Dilma começou seu governo sem asas. O representante da ordem mundial de exploração e opressão das nações semicoloniais terá calorosa acolhida.

A classe operária desorganizada e controlada pela burocracia sindical pró-governo e pró-imperialista sequer terá a noção de que as condições de pobreza e miséria da maioria têm como responsável a burguesia nacional consorciada com o imperialismo. Obama se sentirá em casa para proclamar os Direitos Humanos e conchamar o Brasil a colaborar com as potências para preservar o grande capital da crise.

A Europa se encontra estremecida pelas quebras. O mundo árabe atravessa conflagrações. A tão bem aparentada serenidade do capitalismo norte-americano foi perturbada com a débâcle de 2008. A Ásia se contorce em desequilíbrios, com o Japão em retrocesso e a China caminhando para o impasse de uma economia profundamente artificializada. A América Latina já não tem como sustentar os oito anos de respiro. Grandes conflitos estão em desenvolvimento. Ou a China acata as ordens do imperialismo, ou avançará em rota de colisão com os Estados Unidos e seus aliados europeus e asiáticos. O Brasil deve, portanto, voltar ao leito de completa subserviência. Esse é o conteúdo fundamental da “visi-

ta” cordial de Obama.

O Partido Operário Revolucionário chama a classe operária, os camponeses, a juventude e os demais explorados a rechaçarem a presença do representante imperialista. Conclama a condenarem a subserviência do governo de Dilma e denunciarem a posição pró-imperialista do PT, de sua burocracia e dos partidos coligados PMDB, PDT, PSB e PCdoB. Chama a execrarem a política imperialista dos Direitos Humanos e da democracia ditada, cujas bandeiras estão embebidas em fome e sangue das massas mundiais e das nações semicoloniais. Conclama a deferem a independência do Brasil e de todos os povos oprimidos. Chama a empunharem a bandeira de autodeterminação dos povos: fim das ocupações no Iraque, Afeganistão; nenhuma intervenção no Irã, Líbia.

O POR vem à classe operária e aos demais explorados convocá-los à luta contra o imperialismo e à burguesia brasileira. O POR empunha o programa da revolução e ditadura proletárias.

Fora o imperialismo! Viva a autodeterminação dos povos e nações oprimidas! Por uma frente única antiimperialista, sob a direção da classe operária e do programa da revolução social.

14 de março de 2011

Em defesa dos combativos operários da hidrelétrica de Jirau no Rio Madeira em Porto Velho/Rondônia

O canteiro de obras da Usina de Jirau está localizado no distrito de Jaci-Paraná, fica aproximadamente a 100 quilômetros de Porto Velho. A revolta dos operários iniciou terça-feira no dia 15 de março, mas acreditava-se que a rebelião tinha terminado. Porém, no dia seguinte a polícia prendeu mais de 20 operários acusados e não acusados de terem liderado o movimento em defesa do operário agredido. Em função disso, a revolta aumentou e os operários atearam fogo em caixas eletrônicos, loja de telefonia móvel e escritórios foram destruídos por pauladas e pedradas. No dia 17, em decorrência da repressão policial e falta de assistência em condições de fome, sede, os operários aumentam sua revolta ateando fogo no que ainda havia restado da revolta dos dois dias anteriores - restaurante e alojamento.

Os operários já há muito tempo vivem insatisfeitos com a tamanha exploração nos canteiros de obras das usinas como a questão salarial, a retirada das horas extras, má alimentação e ameaça de desemprego imediato para centenas de operários. A direção do sindicato dos operários sabia das condições de opressão dos operários. Condições estas que motivaram o levante dos operários que inicia quando um operário idoso foi agredido pelo motorista de um dos ônibus que carrega os operários para o canteiro de obras da usina Jirau.

Quais são os responsáveis diretos pela revolta?

Os expropriadores de ribeirinhos, camponeses e quilombolas das proximidades do Rio Madeira em Porto Velho na usina de

jirau em concordância com a burguesia local que lucra, também, com o empreendimento milionário. É o Consórcio formado pela transnacional francesa Suez, a Camargo Corrêa e a Eletrosul.

Em decorrência da intensa exploração despejadas sobre os operários, as revoltas nos canteiros de obras das usinas têm sido constantes. Recentemente em Chapecó, em Santa Catarina e na usina de Santo Antonio, também do Rio Madeira, em Porto Velho, os operários se revoltaram. Mas as notícias destas revoltas não noticiaram resultados dos três dias de resistência que culminou com várias mortes e feridos. A imprensa tenta esconder a denúncia dos operários de que existem corpos jogados no rio Madeira.

Principais tarefas do movimento das ações de resistências dos operários

Os operários começaram a revolta ateando fogo nos transportes pequenos de uso dos burocratas da usina e nos ônibus que os transportam da cidade para os canteiros de obras.

Na medida em que começaram a aparecer represálias, a forma de ação foi mudando. Fogo, paus e pedras, foram os instrumentos dos operários. Os patrões e governos criminalizam os movimentos sociais. Atribuem aos operários as mortes que apareceram com o saldo da revolta. A polícia comparece com reforços além de balas de borracha. Anunciaram a morte de um médico, um enfermeiro, motoristas e outros operários, cujo número a imprensa não disse e responsabilizaram os ope-

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

rários por terem jogados os corpos no rio Madeira.

O fato é que os operários depois de atear fogo nas instalações da usina, escritórios, restaurante, alojamentos, etc. desocuparam os canteiros sob vigilância da polícia e bloquearam a BR 364, principal via de acesso para o Estado. O número de operários na revolta chega a milhares, pois, só desta usina são 22 mil. A imprensa noticia que são cerca de 20 mil rebeldes. É um número de pessoas formando uma densa multidão nunca vista no bloqueio de uma BR em revolta no estado, caminhando pela BR. Uns choram com fome e sede, outros se queixam de terem vindo de vários estados do Nordeste para passarem por tamanha humilhação que jamais imaginaram poder passar.

Governo Confúcio e secretário de segurança do estado organizam operação de guerra para conter as manifestações dos operários

É sempre assim, as vítimas perante a opinião pública aparecem como réus. De imediato o governo Confúcio/PP apresentou providências para defender o patrimônio dos algozes dos operários. Mandou para o canteiro de obras helicópteros, centenas de policiais do comando de Operações Especiais – COE. A imprensa local e nacional noticiou as providências tomadas pelo governo Confúcio/PP de pedir reforços ao governo federal e que antes do amanhecer do dia 18 chegariam a Porto Velho cerca de 500 militares das forças armadas nacional.

Eis aí um dos grandes feitos de Dilma Rousseff que, em 2007, durante o governo Lula, deu um ultimato para a construção desta obra destruidora de vidas de trabalhadores começar até o dia 30 do mês de maio para iniciar a construção das hidrelétricas. Esse ultimato trouxe desespero ao prefeito de Porto Velho, Roberto Sobrinho (PT), à Central Única dos Trabalhadores (CUT), aos empresários, parlamentares e a outros membros dos poderes executivos de Rondônia. Imediatamente, criaram um Comitê Pró-Usinas e acionaram faixas apelativas, abaixo-assinados, panfletagem e debates por todo estado.

Todos esses abutres conclamam os trabalhadores e a juven-

Rondônia - Manifesto do POR

Abaixo a intervenção militar do governo Dilma na usina de Jirau

Todo apoio à luta dos operários

Dilma respondeu prontamente à exigência da milionária empresa Camargo Correa. Acionou a Força Nacional, a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin – órgão de espionagem do governo) para combater a revolta dos operários. O governo Dilma (PT/PMDB) não fez senão proteger os interesses dos capitalistas e a propriedade privada. A intervenção no canteiro de obras da Jirau, uma das maiores obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), expressa o caráter de classe burguês do governo. Dilma tratou o descontentamento dos operários com caso de polícia, como faz qualquer governo burguês.

A fúria dos operários

A revolta dos operários iniciou na terça-feira, dia 15 de

tude a se posicionarem favoravelmente à construção das hidrelétricas. Procuram convencê-las de que a hidrelétrica traria a abertura de postos de trabalho e que haveria prioridade para os rondonienses. Dizem que seriam 20 mil empregos em sistema rotativo. Portanto, nada de emprego formal, é o trabalho precário e terceirizado, que após o término da obra desaparecerão.

A previsão sobre a superexploração dos assalariados, feita pela militância do POR naquela época, foi confirmada pelo desespero dos operários que nem são do Estado, nem estão sendo atendidos nos propósitos divulgados pelas empresas, que apenas queriam atrair operários de várias partes do país, principalmente dos recantos mais pobres do nordeste. Muitos sequer vão retornar. Suas famílias não sabem o que se passa com eles, desaparecerão nas correntezas e profundezas do Rio Madeira ou serão devorados pelos candirus – pequenos peixes carnívoros deste rio.

Como se vê, passam por cima dos problemas vitais dos trabalhadores e defendem os interesses dos empreendedores capitalistas nacionais e internacionais. O governo Dilma, desde sua participação junto ao governo Lula e seus representantes no estado de Rondônia, se colocaram naquele momento pela destruição da natureza e pelo aumento da miséria dos milhares que vivem às margens do rio Madeira e daqueles que sofrem as piores condições de vida no país e que se aventuram deixando suas famílias na terra natal para buscarem meios de atenderem as suas necessidades imediatas de saciar a fome.

Aproximadamente quatro anos depois, aceita enviar um contingente repressivo para reprimir os operários em combate contra seus algozes.

O que se coloca como tarefa para os operários é banir do seu sindicato a burocracia conciliadora, vendida que os deixam à mercê da exploração e opressão dos patrões, empresários das usinas, e construir uma direção revolucionária que se coloque em defesa das necessidades vitais e contra os patrões que enchem os cofres à custa da exploração da mais valia com o sangue e suor dos operários.

março. Acreditava-se que a rebelião havia terminado. Mas, no dia seguinte, a polícia prendeu mais de 20 operários acusados de terem liderado o movimento em defesa do operário agredido. Os operários reagiram, colocando fogo em caixas eletrônicas, na loja de telefonia móvel e nos escritórios. No dia 17, a revolta cresceu em decorrência da repressão policial e da falta de alimentação e assistência. Atearam fogo no restaurante, alojamento e 60 carros (ônibus e veículos da empresa) foram queimados.

Os operários há muito tempo vivem insatisfeitos com a violenta exploração nos canteiros de obras das usinas. Estão nas raízes da tamanha fúria: os salários são miseráveis, as jornadas de trabalho são longas, não se pagam as horas extras, não se cumpre o acordo de dispensa para a visita de familiares

em outros estados, a alimentação é da pior qualidade e o desemprego. O estopim da revolta se deu com a agressão a um operário.

A empresa acusou o movimento de vandalismo. A polícia desfechou uma caça pela floresta para prender lideranças. E, hipocritamente, o representante do capitalista declarou à imprensa que não sabe a motivação da revolta. Os 22 mil operários estão sendo retirados dos canteiros e declararam que foram agredidos por policiais militares com bombas de borracha e gás.

A direção do sindicato conhece as reais condições dos operários dos canteiros da Jirau. Mas nada tem sido feito em favor dos trabalhadores. Esperou a revolta para dizer que “repudia o quebra-quebra” e que não há “motivação trabalhista para a movimentação de operários”. Portanto, se colocou do lado da empresa, da polícia e da intervenção de Dilma.

Os verdadeiros responsáveis pela revolta

Os responsáveis são: o consórcio formado pela multinacional francesa Suez, a Camargo Corrêa, a Eletrosul e os governantes. São os exploradores dos ribeirinhos, camponeses e quilombolas que vivem nas proximidades do Rio Madeira. São a multinacional e a milionária Camargo Correa. São os governantes que subsidiam as empresas com dinheiro do BNDES.

As vítimas são os operários que sofrem as consequências da brutal exploração. Dão o sangue para os capitalistas e estes lhes condenam a fome, a miséria e às doenças.

Não ao salário mínimo de fome! Pelo salário mínimo vital!

Especialista em contas públicas e consultor, o Sr. Raul Velloso aplaudiu a “expressiva vitória política do governo para conter o reajuste do salário mínimo”. Mas considera que foi um desatino manter a regra de reajuste acordada entre Lula e Centrais, que estabelece como mecanismo a inflação mais o PIB real de dois anos antes. Alerta que, assim, a vitória de Dilma “não impedirá um forte impacto nas contas públicas de 2012. Daí a bela conclusão: “Do ponto de vista fiscal, a política correta seria desatrelar o reajuste dos benefícios sociais do mínimo, garantindo-lhe apenas o que já está na Constituição, ou seja, seu valor real.” (O Estado, 14/3).

O Sr. Velloso está dizendo que cabe ao governo tão-somente reajustar o salário mínimo pela inflação. Nada de política social de valorização do salário mínimo. Estaria, dessa forma, cumprindo a Constituição. O “valor real” de Velloso, no entanto, não é o que prevê a Carta Magna, que estabelece um salário mínimo suficiente para as necessidades vitais de uma família de 4 pessoas. O seu “valor real” é o da miséria e fome de milhões de brasileiros. O seja, com R\$ 510, a família estava privada até mesmo da alimentação necessária. Graças média baixa do PIB dos anos 2009 e 2010, o reajuste estipulado foi um pouquinho acima dos 6%. Logo, mal cobriu a alta do custo de vida. Portanto, Dilma quase cumpriu a Constituição quanto ao reajuste inflacionário. O consultor dos capitalistas bateu palma.

O problema está na previsão para o reajuste do ano que

As tarefas da luta operária

Opatrões e governos criminalizaram a revolta operária de Jirau. Responsabilizam os operários pelas mortes e disseram que os corpos foram jogados no Rio Madeira. O governador Confúcio em aliança com a presidente Dilma organizaram uma operação de guerra para conter as manifestações e executar a retirada. O fato é que os operários foram retirados pela polícia do canteiro de obras.

A Usina de Jirau, cartão de visita do PAC/Dilma, está sendo construída às custas de operários famintos. O governo e o Consórcio da hidrelétrica, que prometeram milhares de postos de trabalho e desenvolvimento para a capital Porto Velho, esmagam a revolta. O que existe em Jirau são os serviços terceirizados e precarizados, condições subhumanas de trabalho e nenhuma perspectiva de emprego após o fim das obras.

As lições dessa luta devem servir para colocar a tarefa urgente de construção de direções classistas. A burocracia sindical está comprometida com a política de sustentação dos governos e, por isso, anula os sindicatos como instrumento de luta dos explorados.

A classe operária em geral e demais explorados devem se colocar ao lado da luta dos operários do canteiro de Jirau. Rechaçarem a intervenção militar de Dilma e Confúcio. Exigirem que as reivindicações sejam imediatamente atendidas. Condenarem a criminalização da revolta pelos capitalistas e governantes.

Viva a revolta dos operários de Jirau!

vem. Espera-se que a média do PIB mais a inflação de 2011 resultem em “um reajuste aproximado de 12%. Se confirmado, o salário mínimo iria para R\$ 610. Aí a porca torce o rabo, segundo o Sr. Velloso. O Orçamento da União não aguentará tamanha carga. Os patrões podem se virar: “Quando o mínimo aumenta, os empregadores podem reagir demitindo pessoas, caso seus negócios não comportem a acomodação dos novos níveis salariais.”

Não é bem assim. Os capitalistas em geral necessitam do salário mínimo de fome tanto pelo fato de milhões serem empregados em pequenas empresas como pelo alinhamento dos salários das faixas acima. Tanto é que se tem o salário mínimo como piso da pirâmide salarial. O certo é que o salário mínimo de fome constitui a unidade de valor que serve de base à exploração burguesa da força de trabalho. O patrão que demite porque não consegue se acomodar passa a pagar abaixo do salário mínimo ou aumenta a jornada e o ritmo do trabalho.

O Orçamento da União faz parte do conjunto econômico. Não por acaso, a imensa maioria dos aposentados e pensionistas vegeta com o salário mínimo de fome. O contingente de brasileiros que amarga com um salário mínimo é estorrecedor, o que indica a brutal taxa de exploração capitalista do trabalho.

Mas fiquemos com os dados sobre a União, apresentados pelo Sr. Velloso. “Em 2008, havia 27,4 milhões de contracheques de um salário mínimo (ou a ele ligados) no Orçamento

federal, sendo 16,3 milhões de benefício de INSS; 3,5 milhões de benefícios assistenciais para idosos pobres e deficientes físicos; e 7,6 milhões de benefícios do Abono salarial do PIS e do seguro-desemprego.” O consultor estima que logo se atingirá 30 milhões de contracheques de um salário mínimo. Calcula que, se para cada contracheque vivem 2 pessoas, logo são 60 milhões. Por que o contabilista se esmera na multiplicação? Para dizer que são 60 milhões de eleitores que pressionam os políticos a violarem a Constituição aumentando o mínimo acima da inflação. Não, Sr. Velloso, são 60 milhões de estômago vazio, que moram em favelas urbanas e taperas rurais.

A sua somatória vai mais longe. Indica que cerca de 50 milhões formavam a “grande folha federal”, em 2008, consumindo R\$ 487 bilhões. “Isso correspondeu a nada menos do que 74% do total de gasto não financeiro de 2010.” O assombrado consultor, assim se manifesta: “Algo que, convenhamos, é chocante.” Mais chocante ainda é a demonstração de que o Estado despende R\$ 71 bilhões com saúde e educação, como gastos regidos pela Constituição. Conclusão: “sobram apenas R\$ 100 bilhões do total efetivamente gasto em 2010 para demais gastos”, do gasto efetivo de R\$ 658 bilhões. Desse montante, apenas R\$ 44 bilhões foram destinados para investimentos, uma vez que R\$ 56 bilhões serviram para o custeio da máquina pública.

Cuidadosamente, o Sr. Velloso omite os valores destinados às amortizações e juros da dívida pública, que alimenta o parasitismo dos banqueiros e financistas e que obriga o Orçamento a realizar um superávit primário de 3,5% do PIB. Caso fosse tirado esse peso do Tesouro, restariam não R\$ 44 bilhões para investimentos (que alimentam os negócios dos capitalistas), mas pelo menos R\$ 200 bilhões. Mas o consultor não pode levantar essa lebre e soltar um cachorro que fosse porque deixariam de entrar muitos salários mínimos na sua conta bancária.

Seus cálculos servem para mostrar à burguesia e ao governo que estão pagando um salário mínimo extravagante para as posses do Estado e para os lucros das empresas. Deve ser con-

tido no estreito limite da inflação, de forma que se gaste menos com aposentados, pensionistas, etc e reste mais para os negócios dos capitalistas. Mas suas contas também revelam que o capitalismo não pode sequer amenizar em alguns décimos a miséria e a fome de milhões.

Em se apresentando as contas de conjunto e de forma completamente aberta, ver-se-ia o quanto de parasitismo pesa no erário do Estado burguês. Os gastos com a burocracia perdulária, com as rendas de parlamentares, juízes, militares, ministros etc e com a corrupção, esses sim são chocantes. Contrastam com as quirelas destinadas à maioria.

Lembramos que o comentarista econômico Carlos Alberto Sardenberg se colocou na mesma posição do Sr. Velloso, mas percorrendo outro caminho, que certamente desemboca no estuário do consultor. Apregoa uma mudança na Constituição, para compatibilizá-la com a realidade econômica, salarial e de miséria das massas. Explica que para cumprir a Constituição o salário mínimo deveria ser de pelo menos R\$ 2.500 (reconhece que esse valor resulta de um cálculo conservador). Seja R\$ 545 do governo, R\$ 580 das centrais ou R\$ 600 do PSDB/Serra, todos descumprem a lei. Portanto, muda-se a lei. O capitalismo não vai mesmo pô-la em prática, então para que conservá-la. Sardenberg nesse ponto é mais honesto. Para que manter na Constituição uma lei que depõe contra o capitalismo e denuncia a burguesia de violar sua própria Carta Magna?

A exploração e a acumulação de capital dependem do salário mínimo de fome e se opõem ao salário mínimo vital. A defesa da vida das massas se choca com o funcionamento do capitalismo e com o seu guardião, que é o Estado. A classe operária, carecendo de um partido próprio e uma direção revolucionária à frente dos sindicatos, não teve como assumir a bandeira do salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste. Lula e a burocracia sindical que o segue bloquearam o desenvolvimento da luta de classes que conduz os explorados ao programa proletário. Mas é questão de tempo.

Crimes da ditadura

Uma “Comissão da Verdade” de mentirinha

O ministro da Defesa, Nelson Jobim (PMDB), disse a Lula que os militares não aceitariam qualquer questionamento da Lei da Anistia e que ele renunciaria ao cargo caso o chefe da Secretaria dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, tivesse apoio do Presidente para prosseguir com o Plano de Direitos Humanos. Lula preferiu os militares e Jobim.

Anos de investigação resultaram no livro *Direito à Memória e à Verdade*, no qual se detalha cada caso de militantes mortos ou desaparecidos sob o regime militar. Houve também ações oficiais para que as Forças Armadas e a polícia entregassem os arquivos da repressão ao movimento de luta armada e aos opositores que dela não participaram, como foi o caso de militantes do PCB, sindicalistas, etc. Porém, Lula botou o saco na viola. Vannuchi resmungou. O ministro da Justiça Tarso Genro, que parecia apoiar Vannuchi, lamentou a incompreensão dos opositores ao projeto.

Agora, Dilma, pressionada pela resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que condenou o Brasil por não ter achado os desaparecidos e não ter feito nada

sobre as torturas, tirou a viola do saco. Mas não sabe se dedilha alguma corda, ou se as ensurdece de vez.

Manteve Jobim no cargo. Certamente, recomendada por Lula – garantia da estabilidade política. Dilma descartou o Sr. Vannuchi que deu dor de cabeça a Lula e atazanou Jobim. Para não colocar um direitoso na secretaria de Direitos Humanos, convidou uma figura sem sal, mas metida com as dores do mundo – Maria do Rosário (PT/RS). A moça pisou no Planalto com a recomendação de fazer o mínimo sobre o antigo Plano. Tarso Genro se candidatou ao governo do Rio Grande do Sul e o seu lugar no ministério da Justiça foi ocupado pelo deputado José Eduardo Martins Cardozo, advogado carreirista.

A nova versão do projeto enviada há um ano para o Congresso resultou de uma crise e de um acordo, perante o qual Vannuchi capitulou vergonhosamente. Dilma nomeou para o Gabinete de Segurança Institucional o general José Elito. A primeira declaração do militar foi de defesa dos crimes da ditadura.

Ninguém no governo petista/peemedebista e ninguém na oposição burguesa se empenha de verdade em levar os mili-

tares, policiais, médicos legistas, peritos e políticos ao banco dos réus, mesmo que seja para teatralizar a farsa dos Direitos Humanos. As instituições do Estado brasileiro foram até onde poderiam ir. Produziram um dossiê, muito bem impresso de mortos e desaparecidos. Indenizaram familiares das vítimas. Assim, os vivos ostentam a glória de terem se opostos à ditadura e a vantagem de receberem pecúnia de vitimados. Alguns dos desaparecidos puderam ganhar um enterro dos restos mortais. A maioria continua oculta em valas clandestinas. Os torturadores, os assassinos, os mandantes e os coniventes estão protegidos pelas trevas da Anistia ditada pela ditadura e aceita pela oposição burguesa em nome das “Diretas Já” e da “transição democrática”.

O manto do esquecimento e da impunidade não será arrancado pelos representantes da burguesia. Mas o será, no futuro, pelo proletariado revolucionário. O Brasil poderia ter ido mais à frente com sua “Verdade e Justiça” – a palavra Justiça foi amputada do projeto original – a exemplo da Argentina. Mas tem uma burguesia mais cerrada e menos sujeita às lutas sociais, inclusive as democráticas. O que também possibilita uma Força Armada mais independente e influente perante a política geral da classe capitalista e, particularmente, frente aos partidos da ordem.

Argentina prendeu, julgou e condenou o general golpista Jorge Rafael Videla à prisão perpétua. Há quem diga que, diferentemente da ditadura na Argentina, no Brasil não houve trinta mil mortos. Sem dúvida, a mortandade pesou, mas não é o que explica a pusilanimidade dos governos ditos democráticos, de FHC (PSDB) a Lula (PT). É fundamental o peso das Forças Armadas no Estado e o atraso político dos explorados brasileiros. Mas o que mais interessa é ter claro que também na Argentina, com toda sua tragédia, poucos militares e autoridades foram responsabilizados. Em todos os casos, tratou-se de preservar as Forças Armadas.

As ditaduras são formas de regime constituídas nas condições em que regimes democráticos não mais suportam enfrentar crises e luta de classes. A razão mais profunda está em que tanto a democracia quanto a ditadura são formas de funcionamento e preservação da ditadura de classe da minoria burguesa sobre a maioria explorada. Está aí por que as ditaduras nazifascistas de Hitler e Mussolini foram consideradas pela burguesia mundial como uma tormentosa verruga histórica.

Vasculhar o tecido em cuja entranha são geradas as mais distintas formas de ditaduras, é procurar o corpo inteiro da ditadura de classe da burguesia. Em se vasculhando a composição da ditadura de classe da burguesia, seja no regime democrático, seja no de ditadura, se encontra em suas bases as relações capitalistas de produção. As ditaduras nazifascistas, por suas particularidades, se assentam no capital financeiro e nos monopólios.

A luta democrática pela punição dos genocidas não pode, portanto, ser travada até o final pela burguesia ou pela pequena-burguesia. Somente o proletariado pode fazê-lo e tem interesse em desvendar o corpo inteiro da ditadura de classe dos exploradores, responsável por preservar e ampliar a barbárie do sistema capitalista.

O POR denuncia o reformismo petista, o estalinismo (PCdoB) e todas as forças que sustentaram o governo Lula e, agora, o de Dilma. Sob a bandeira de constituição de um Tri-

bunal Popular, emanado das massas operárias, camponesas e juventude oprimida, o trotskismo combate pela divulgação dos arquivos da ditadura, apuração de todos os crimes dos governos militares, identificação dos desaparecidos e punição a torturadores e assassinos.

O caso Rubens Paiva – escárnio à verdade

Novas provas sobre o assassinato, sob tortura, do deputado federal Rubens Beirodt Paiva foram encontradas em um documento guardado no Arquivo Nacional. O relatório foi emitido do Quartel-General do I Exército, em 11 de fevereiro de 1971. Consta também um ofício expedido pelo DOI do I Exército.

Na realidade, trata-se de uma notícia requeitada pela imprensa, à luz dos documentos. No “Dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985”, publicado pelo governo do Estado de São Paulo, consta toda a farsa montada pelos agentes da repressão para ocultar a tortura até a morte sofrida pelo parlamentar nacionalista.

Paiva foi sequestrado em sua casa, no Leblon, em 20 de janeiro de 1971. Oito dias depois o exército comunicou à imprensa que o parlamentar havia sido resgatado por “terroristas”, quando era transportado por agentes do DOI-CODI. A revista IstoÉ, de abril de 1987, apresentou a confissão do ex-médico e partícipe da tortura, Amílcar Lobo, de ter atendido Rubens Paiva que “era uma esquimose só”, vindo a falecer no dia seguinte. Em 1986, o caso foi recolocado politicamente. No ano seguinte, abriu-se um inquérito na Polícia Federal, que envolveu o superintendente Romeu Tuma e o delegado Carlos Alberto Cardoso. Comprovou-se que Paiva havia sido assassinado pela repressão. O inquérito chegou às mãos da Auditoria do Exército e aí feneceu.

O escárnio da ditadura à verdade está de acordo com a sua natureza fascista e com a época. Mas o que impressiona é o escárnio da democracia. Os responsáveis pelo assassinato de Paiva são mais do que conhecidos. O circo burguês da Verdade e da Justiça completa o quadro tétrico das mortes e desaparecimentos com a farsa da memória e da reconciliação nacional.

O que fez Rubens Paiva?

Não era militante de esquerda. Não pegou em armas. O máximo que fez foi atuar como parlamentar do PTB, cujo chefe, Leonel Brizola, admitiu a possibilidade da resistência armada. Mas se tornou inimigo da CIA ao se empenhar na CPI do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática).

Esse instituto servia de cobertura para as ações dos Estados Unidos contra as posições do nacionalismo e dos movimentos sociais (operário, camponês e estudantil). O deputado cassado pelo Ato Institucional Nº 1, do governo militar Castelo Branco, sob acusação de subversão à ordem. Ocorre que a CPI, da qual era vice-presidente, apurava o recebimento de dólares pelos militares para organizarem o golpe antinacionalista e pró-imperialista.

Há, sem dúvida, um claro vínculo entre o assassinato do parlamentar e a conspiração armada pelos Estados Unidos. Em nada desmerece essa conclusão o fato de Paiva ter recebido cartas de exilados no Chile e escondido uma militante do MR-8. Os episódios particulares que cercam o seu sequestro respondem a conflitos históricos gerais entre o nacionalismo e o imperialismo.

Jaques Wagner (PT) se reaproxima de João Henrique (PP): o que está por trás disso?

Desde o primeiro mandato de Jaques Wagner (PT), estamos demonstrando os passos do petismo em seu processo de integração ao Estado burguês, as alianças políticas com os partidos orgânicos da burguesia, a administração do Estado em favor dos interesses dos grandes capitalistas, do latifúndio e do agronegócio, o controle dos sindicatos, centrais e movimentos sociais, colocando-os sob as rédeas do governo e a adaptação à política oligárquica. O crescimento da economia dos anos de Lula e de parte do governo Wagner contribuiu para a manutenção de políticas assistencialistas (Bolsa Família), com migalhas para as massas e investimentos (via PAC e incentivos fiscais, etc.) para os grandes capitalistas. Com essa política, o PT, no Brasil e na Bahia, manteve as massas exploradas, suas organizações e movimentos sociais sob sua batuta, contando, para isso, com a colaboração de inúmeros dirigentes. Todas as nossas críticas à trajetória do PT no país e na Bahia se confirmaram.

Um aspecto veio à tona novamente esta semana: as alianças com partidos da política burguesa, que à frente de prefeituras, estados e dos parlamentos, promovem uma sangria de recursos públicos, através da corrupção, do tráfico de influência, da distribuição de secretarias, órgãos e cargos e de inúmeras outras maquinações. Desta vez, o PT de Wagner selou uma aproximação com o prefeito João Henrique (ex-PMDB, hoje PP), estabelecendo uma aliança, que tem como base as eleições que se aproximam. É preciso ressaltar que, no plano nacional, tanto o PMDB (de José Sarney e Geddel Vieira Lima) quanto o PP (de Paulo Maluf) fazem parte da base de sustentação do governo do PT (Lula/Dilma). Em troca do apoio no parlamento, o PT divide ministérios, secretarias e cargos dos diversos escalões, com os quais esses partidos promovem o tráfico de influência, a corrupção e o enriquecimento dos seus quadros.

Enquanto membro do PMDB, João Henrique esteve sob a proteção do então ministro de Lula Geddel Vieira, que drenou uma soma enorme de recursos para as prefeituras peemedebistas. Nas eleições de 2008, João Henrique (então PMDB e aliado de Geddel Vieira) garantiu a sua reeleição, vendendo o candidato petista Walter Pinheiro. Wagner esteve presente nos palanques dos principais candidatos, tentando manter uma suposta neutralidade frente à disputa. Desde então, as relações entre os dois políticos e suas legendas se tornaram mais difíceis. Os dois mandatos de João Henrique foram marcados por denúncias de corrupção, por desvio de verbas, por obras superfaturadas, destruição da saúde e educação,



pelo ataque aos trabalhadores e servidores públicos, etc. Nos últimos meses, os recursos para as grandes obras rarearam, instalou-se o caos na prefeitura e nos serviços públicos, órgãos deixaram de funcionar, servidores ficaram com seus salários atrasados e as verbas para os serviços sociais deixaram de ser repassadas. Isolado, João Henrique (e seu grupo) iniciou um processo de saída do PMDB e filiação ao PP, um partido tão corrupto quanto o anterior. A presença de Jaques Wagner na cerimônia pomposa de filiação de João Henrique ao PP foi sintoma de uma reaproximação, que tem como causa a facilitação do acesso aos recursos para as obras previstas ou em andamento na Capital e as próximas eleições.

O fato é que, tanto no plano federal quanto na Bahia, o PT encontra-se completamente integrado à política burguesa e às disputas oligárquicas no seio do Estado e das prefeituras em torno dos recursos e dos interesses capitalistas. Os beneficiados principais dos diversos partidos da burguesia e dos atuais integrados à política burguesa (PT, PCdoB etc.) são o agronegócio, o latifúndio e os capitalistas. O avanço do capital internacional via aquisição de terras e o agronegócio é cada vez maior, com maior exploração dos trabalhadores, piores condições de vida e trabalho e expulsão de camponeses, pequenos produtores e comunidades indígenas locais.

O trabalho de construção do partido operário revolucionário no seio dos explorados se confronta com o petismo. Sobre a base da experiência das massas, o programa da revolução social avançará.

Como terminou a campanha salarial do magistério em Fortaleza

A campanha salarial de 2011, do magistério municipal de Fortaleza, terminou melancolicamente. A direção do SINDIUTE aceitou as migalhas dadas por Luizianne Lins e ainda se posicionou a favor da redução da regência de classe dos professores.

A campanha salarial havia começado oficialmente em 15 de outubro de 2010 (dia do professor) com a votação da pauta de reivindicações em uma assembleia esvaziada no centro da cidade. A direção majoritária do SINDIUTE (corrente O trabalho/PT) e a minoritária (PSTU/Conlutas) votaram juntas na

proposta de reajuste de 60% e piso da CNTE (R\$ 1.597,00) rumo ao Dieese, contra a proposta da Corrente proletária/POR de piso de R\$ 3.500,00. Depois desta assembleia, nenhuma atividade foi marcada. Apenas 3 meses depois, em janeiro de 2011, foram marcadas nova assembleia e reuniões zonais, por regionais.

A Prefeitura do PT já não mais permite licenças prêmio (3 meses de folga a cada 5 anos trabalhados, conforme prevê a lei). Só professores perto da aposentadoria têm conseguido gozá-las; no que diz respeito à redução de carga horária, também previsto na Lei municipal 5895/84, e onde qualquer professor

poderia requerê-la bastando para isso ter 50 anos de idade ou 20 de serviço, a prefeitura obriga agora a cumulatividade dos dois quesitos. Além disso, descumpra esta mesma lei municipal na questão das férias (a lei estabelece 60 dias, a prefeitura só reconhece 30). Há dez anos não ocorre eleição para diretores de escola (a prefeitura teve de transformar os cargos da administração em moeda de troca para assegurar uma base de apoio da Câmara municipal). Por outro lado, o problema da falta de professores tem se agravado. A rede municipal precisa de pelo menos 1.500 professores (segundo os dados da governista APEOC) o que tem deixado muitas turmas sem aulas. A prefeitura tem se recusado a solucionar esse problema até mesmo dentro daquilo que a legislação burguesa determina: o concurso público. Pelo menos 1.600 aprovados aguardam a convocação, enquanto são chamados a trabalhar como temporários. Por fim, a proposta de reajuste da prefeita foi de míseros 6,47% no salário base e pagamento de progressão por tempo de serviço apenas no fim do ano.

A posição das correntes na campanha salarial

Ante o conjunto destes ataques, a corrente O trabalho/PT pronunciou-se, a princípio, pela greve geral imediata. A assembléia de 10 de fevereiro deveria, em sua opinião, aprovar a paralisação. Estando, sem dúvida, era o fato de defenderem esta posição depois de terem deixado a campanha salarial em banho-maria por quase 3 meses. Mais estranho ainda era o desejo de uma greve imediata quando a categoria mal estava sabendo das datas de zonais, que funcionam como reuniões preparatórias para a greve. O PSTU/Conlutas, colocando-se no campo oposto, defendia, sempre em posição de defensiva, ante os ataques que lhe dirigia a corrente petista, o adiamento da greve para o início do ano letivo de 2011, ou seja, fins abril. Assim, o PSTU dava sua cota de participação para enterrar o movimento docente. Adiar a greve era deixar a prefeitura livre para votar tudo, absolutamente tudo o que necessitasse para que os professores, ao retornarem em abril, se deparassem diante do fato consumado e sem chance de reverter a situação. A Corrente Proletária/POR defendeu a proposta de formar comissões para visitar escolas, preparar reuniões com pais e alunos nas escolas, publicar uma carta aberta à população, construir mais uma semana de zonais e nova assembléia para dia 17/02, a fim de aprovar a greve, desta vez, com preparação prévia.

Na assembléia do 10/02, a corrente O Trabalho apresentou de cara sua nova proposta: nada de greve nem de luta. Justificaram dizendo que naquela mesma manhã haviam estado em audiência com 3 vereadores petista e a CUT. A prefeitura, segundo diziam, apresentara novas propostas, a saber: antecipação para agosto de uma progressão e mudança no calendário letivo para garantir um recesso de 30 dias aos professores. Chamou a atenção a proposta, endossada pela direção do SINDIUTE, de redução da regência de classe de 50% para 40% em troca de um reajuste de 15% no vencimento. A Corrente Proletária/POR, apesar do mingüado tempo de fala na assembléia, contrapôs-se à redução da regência e à fala da direção, de que as negociações teriam avançado, defendendo, por fim, uma nova assembléia para dia 17 com vistas a deflagração da greve. O PSTU e O Trabalho votaram unidos contra esta data e em defesa do dia 31 como data da próxima assembléia. Assim davam uma trégua de quase dois meses à Prefeitura, que, dessa forma, poderia votar a

mensagem de reajuste de 6,47% em paz. O imobilismo do PSTU só não foi maior porque defendeu um calendário permanente de zonais até o 31 de março, proposta que, por uma diferença mínima, saiu vitoriosa.

As tarefas do momento

Os zonais têm sido uma ótima oportunidade para denunciar a direção majoritária do SINDIUTE. Assim ocorreu na zonal da V. A corrente O Trabalho, que vinha defendendo a redução da regência nos zonais, teve de recuar dessa posição, por pressão da base (um grupo de professores ameaçou com desfiliação, caso a direção levasse adiante tal proposta). O Trabalho teve de correr a reverter o acordo feito com a prefeitura. A experiência com esta campanha salarial tem sido muito rica para que grande parte da vanguarda perceba o desastre que representa a atual direção do SINDIUTE. A Corrente Proletária/POR que, lentamente tem penetrado o programa junto à base, sai desta luta mais fortalecida e ciente da tarefa de impulsionar a luta e construir um pólo revolucionário no magistério.

Eleições para o Sindicato APEOC Mais uma gestão governista e antidemocrática a serviço da sabotagem da luta

Tomou posse dia 26/02 a nova diretoria da APEOC. A eleição biônica ocorreu dia 08 de fevereiro de 2011, com uma única chapa inscrita: 'Unidade pela valorização da educação'. A nova diretoria, que mantém as mesmas caras e figuras conhecidas por sua traição, peleguismo e burocratismo, darão continuidade a uma gestão aliada dos governos e distante da base.

A antiga presidente, Penha Alencar, saiu de seu antigo cargo para ocupar o das finanças e o antigo financeiro Anízio Melo, num rodízio, há muito negociado e com direito à pressão do PT, da CUT etc, ocupará a presidência. As eleições em si merecem pouco comentário. Basta mencionar que o estatuto de tão antidemocrático praticamente impede a inscrição de chapas opositoras (é exigido entre outras coisas que a chapa tenha praticamente 1 representante em cada município, dos 184 existentes no estado). Segundo os dados divulgados no site da entidade, 25.591 estavam aptos a votar; os votos válidos, que excluem brancos e nulos, alcançaram 14.842. Estes foram os únicos números publicados. Não há fac-símile da ata de apuração. São muitas as perguntas que se depreendem daí: se foi uma vitória tão acachapante, por que não mostrar todos os números? Do total de votantes, 25 mil, afinal quantos compareceram às urnas? Qual o quórum? Qual o percentual de nulos e brancos? Se são tão poucos por que não os revelar? Perguntas que ficarão sem respostas porque a direção da APEOC se impõe sobre a base, ao invés de por ela ser controlada. Nunca é demais repetir que não se conhece prestação de contas da entidade, não se divulga publicamente sua arrecadação e gastos.

A nova direção da APEOC, as mesmas caras em postos diferentes, ou como se diz no popular, troca de seis por meia dúzia, merece o mesmo que as anteriores: o desprezo e rechaço da categoria. A saída, portanto, ainda há de ser a organização independente da base, a exemplo das zonais. Em épocas de greve, são esses os verdadeiros fóruns de luta e de democracia da categoria. Deles a APEOC tem medo, tal como o satanás, da cruz. A Corrente Proletária na Educação/POR busca fortalecer esta tendência e aglutinar em seu entorno os lutadores mais aguerridos para eliminar a influência nefasta da burocracia.

Prefeita Micarla (PV) pede ilegalidade da greve e justiça acata

Os educadores de Natal estão em greve na rede municipal desde o dia 09 de fevereiro. A prefeita Micarla recusou-se a implementar um reajuste salarial de 15,84% já garantido em lei, que deveria estar sendo pago desde o mês de janeiro. A prefeitura apresentou a proposta de 10% parcelados.

Após mais de 40 dias de greve, sem que tenha propostas, a prefeitura, que em dois anos já mudou de secretário por quatro vezes, recorreu novamente à justiça burguesa pedindo a ilegalidade da greve.

Greve foi julgada ilegal

O direito ao reajuste é garantido em lei municipal. Todos os anos, a prefeitura recusa-se a cumpri-la. Esse ano as escolas da rede municipal, mesmo se não houvesse greve, não teriam como iniciar o ano letivo. Faltava merenda, as creches estavam fechando, pois os prédios alugados estavam sem pagamento, escolas precisando urgentemente de reformas, enfim situações que impossibilitavam o início do ano letivo.

No entanto, os governos nunca foram punidos quando se recusaram a garantir minimamente a educação pública. Os estudantes ficam meses e meses sem aula e não se vêem promoção, juiz ou qualquer outro agente da burguesia defender que os governos garantam o funcionamento das escolas. Quando se trata da greve, as autoridades são ágeis. Ferem o direito de greve e gritam estarem defendendo a educação como “serviço essencial à população e que a paralisação resulta em uma perda significativa para os alunos, principalmente diante da concorrência desleal com as escolas privadas”. Foi esse o argumento utilizado pelo juiz Aírton Pinheiro. Quanta hipocrisia! São os professores que impedem a garantia à educação? Apoiando-se nesses falsos argumen-

tos, o juiz exige o retorno às aulas sob pena de pagar multa de 5 mil reais/dia. A assembleia aprovou a continuidade da greve. É preciso enfrentar com luta a violência da Justiça patronal.

Para onde caminha o movimento?

As assembleias são muito participativas, o que mostra a disposição dos educadores. Mas a direção burocrática do Sinte não tem interesse de unificar os grevistas com outros setores. Prova disso, foi a participação da categoria no dia municipal de lutas chamado pelo fórum contra aumento da passagem. O Sinte, que poderia ter mobilizado os educadores para participarem, não jogou peso na atividade. Participaram algumas representações da direção burocrática.

Por outro lado, os trabalhadores da rede estadual de educação não estão em situação melhor. No entanto, ao invés de unificar a luta, chamando assembleia contra as medidas do governo do DEM, o Sinte prefere marcar assembleia quando a greve da rede municipal já estiver prestes ao fim. Fica esperando que a secretaria da educação estadual, que tem afinidades com o PT, venha explicar qual a receita que caberá à educação. A política da burocracia do sindicato é a da divisão do movimento. E a força do movimento está na unidade dos trabalhadores. A greve unitária (rede municipal com a estadual) e as ações de rua fortalecem o movimento e impedem que os governantes e a Justiça legislem contra o direito irrestrito de greve.

- Pela continuidade da greve!
- Assembleia unificada para fortalecer a luta!
- Garantia do direito de greve!
- Defesa do salário mínimo vital de 3.824,00!
- Fortalecer a greve nas ruas através da ação direta!

Professores - SP

Da demagogia à farsa

Assim que venceu nas urnas, Alckmin declarou que estava aberto ao “diálogo” com a Apeoesp. Na tentativa de desfazer a imagem de um PSDB intransigente, nos moldes de Serra, indicou-se o desconhecido reitor da Unesp, Herman Voorward. Para o governo, uma figura estranha ao professorado do ensino básico poderia limpar a imagem “autoritária” de quase duas décadas de PSDB. Assim, tudo foi articulado para que, nos primeiros meses de governo, não houvesse manifestações de descontentamento dos professores, tendo em vista que as atribuições de aulas aos contratados deveriam ser nos moldes da lei vigente (somente para os aprovados na prova).

Resultado: milhares de professores ficaram desempregados e/ou subempregados. A direção da Apeoesp se recusou a enfrentar Alckmin, aguardando o chamado para o “diálogo”. O governo ganhou força e os professores desorganizados não puderam responder coletivamente ao desemprego e à divisão dos contratados (aprovados e reprovados).

Mas havia um outro problema a ser contornado. O PSDB há muito tempo não concedia reajuste ao magistério. O orçamento não previa o reajuste salarial do funcionalismo para 2011. O miserável piso dos professores e dos funcionários de escolas vinha provocando desgastes ao governo peessedebista junto à população. Era preciso manobrar. Dessa forma, Alckmin aproveitou o fato do Ministro da Educação encaminhar o Plano Nacional de Educação (PNE) ao Congresso Nacional, que estabelece o prazo de 2 anos para a reformulação do plano de cargo e salários, para lançar a estratégia de modificar a Lei 836/97. Para isso, armou-se o circo: determinou as discussões nas escolas e orientou a escolha de representantes para a participação de reuniões nas diretorias e nos pólos.

Novamente, a burocracia da Apeoesp ficou a ver navios. O Secretário recebeu formalmente, mas veio de mãos vazias. Os burocratas ameaçaram recorrer à Justiça, exigindo a constituição da comissão paritária para a elaboração do Plano de Carreira. Porém, sem nenhuma ressonância. Alckmin/

Herman, aproveitando a ausência de assembleias e manifestações de rua, seguiu em frente com a discussão sobre a Carreira. Não restou alternativa para a direção da Apeoesp senão a de defender a participação nos fóruns governamentais (diretorias de ensino, pólos). E marcar para o início de abril a primeira assembleia, portanto depois das demissões, após um mês da chamada data-base e depois do governo concluir a encenação democrática.

Resultado: o governo ofereceu um docinho, fez demagogia do processo democrático de discussão e uma parcela do magistério caiu no conto do vigário.

Responsável: a direção do sindicato que se recusou a convocar a assembleia quando das demissões, esperou o “diálogo” do PSDB e concluiu como fantoche nos fóruns governamentais.

O erro do PSTU, PSOL e FOS

Nas reuniões de representantes de escola (RE), a discussão da tática do governo ganhou força. Os professores informaram sobre os debates nas escolas do Plano de Carreira e a decisão de participar nas reuniões convocadas pelas diretorias de ensino. Para a burocracia da Apeoesp, só restou correr para os fóruns do governo. Outros diretores da Apeoesp (PSTU, PSOL, FOS) criticaram a conduta do governo, mas defenderam, também, a presença nesses fóruns. Setores oposicionistas procuraram amenizar a participação com a junção da proposta de atos de protestos na porta dos tais fóruns. A Corrente Proletária criticou a posição de “fazer parte da reunião governamental” e defendeu os protestos de rua e a campanha pela paralisação das escolas no dia 1º de abril. No RE da Lapa, venceu a proposta de participação.

Resultado: no dia 17/3 ocorreu a reunião convocada pela diretoria de ensino. A maioria dos presentes era de diretores, supervisores e coordenadores. Cada escola enviou um professor e um funcionário. A burocracia da Apeoesp (Articulação) entrou se escondendo da panfletagem, que se realizava na porta do evento. A Corrente Proletária e a FOS levantaram as faixas em defesa do reajuste salarial, da estabilidade e do

fim das leis discriminatórias e repressivas e convocaram para a assembleia. Mas, lamentavelmente, a FOS aceitou fazer parte da reunião, acreditando ser possível interferir em favor dos professores.

A tática correta

O argumento do PSTU e de outras correntes da oposição de que não é contraditório participar das reuniões e fazer a campanha de denúncia demonstra a incompreensão sobre a manobra do governo e a incapacidade de respondê-la com uma tática justa. Incompreensão que expressa as pressões do governo e da burocracia não somente sobre os professores como também sobre o sindicato.

O boicote defendido pelo POR respondeu justamente à impossibilidade de denunciar o jogo de Alckmin participando da reunião burocrática sem que houvesse uma posição aprovada em assembleia e sem que estivesse à frente da resistência uma direção classista e revolucionária. Portanto, sem as reivindicações do magistério e sem uma crítica ao conjunto do Plano governamental, participar significa colaborar com a burocracia que tem por política as negociações.

Temos claro que a tática de participar ou não em uma reunião convocada pelo governo depende de determinadas condições que possibilitem combater a arregimentação governamental dos professores. Essas condições eram completamente desfavoráveis à participação. Não houve assembleia geral e não havia uma diretriz comum de rejeição do Plano de Carreira discriminatório e um conjunto de reivindicações a ser defendido pelo sindicato, sob mandato da assembleia.

O argumento da burocracia de que iam perante o governo defender as resoluções sobre o Plano de Carreira, aprovadas no Congresso da Apeoesp, deveria ser suficiente para o PSTU e outras correntes rejeitarem a tática da participação e apoiarem a posição do boicote. Quem não sabe que o congresso foi supra-estrutural e burocrático? A oposição deveria lutar por um mandato da assembleia, caso as condições de participação fossem favoráveis à tática de desmascarar o governo e separar dele os professores.

Movimento contra o aumento das tarifas

Responder ao aumento das tarifas com a defesa do salário mínimo vital com escala móvel de reajuste

O movimento da juventude, mais uma vez, reagiu aos aumentos das passagens de ônibus urbanos com manifestações de rua. Assinalou um caminho de luta contra a elevação geral do custo de vida. Os bens e serviços necessários para a família trabalhadora sobreviver sob a intensa exploração capitalista não são obtidos pela imensa maioria. Fazem parte do custo de

vida, as tarifas de consumo indispensáveis, como transporte, luz, água, gás e saneamento.

Inúmeras lutas, no passado, foram travadas contra os aumentos, pelo passe livre a estudantes e a desempregados. Geralmente, a resposta partiu imediatamente da juventude estudantil. Mas o objetivo era que se generalizasse incorporando os explorados.

Essa é a defesa que o Partido Operário Revolucionário (POR) faz na atual situação.

Ao não se generalizarem, os embates de uma parcela minoritária da pequena-burguesia contra o Estado e os empresários se mostram limitados. Para superar esse limite social e político, é fundamental que a classe operária se manifeste e tome a frente de um

movimento pelas reivindicações que defendem os explorados contra a alta do custo de vida.

Isso não tem ocorrido porque há um poderoso bloqueio imposto pela burocracia sindical. Nem mesmo as campanhas salariais têm servido à luta contra o aumento da exploração e do empobrecimento da maioria. Diante do refluxo da classe operária, surgem movimentos segmentados de contestação, como os de moradia e de transporte. Por meio deles, pode-se abrir um canal de mobilização e de choque contra o bloqueio político, burocrático-sindical e partidário (PT, PCdoB etc). No entanto, as suas direções não empunham o programa de reivindicações que expresse as necessidades gerais e a tática de unificação dos explorados.

Como parte ativa do movimento contra o aumento das passagens e pelo passe livre, o POR tem se deparado com a resistência das direções anarquistas, reformistas e centristas que fazem frente única para manter a luta no estrito limite da luta estudantil. E pela experiência e a correção de seus próprios erros, chegamos à conclusão de que é preciso responder com as reivindicações que defendam a maioria.

A bandeira de **SALÁRIO MÍNIMO VITAL, COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE** se aplica à situação em que o aumento da passagem de ônibus é parte do aumento geral do custo de vida. Ao se desvincular as bandeiras e limitá-las ao aumento das passagens, as direções afastam a luta da pequena burguesia da do proletariado. Não admitem, portanto, a defesa do **salário mínimo vital** como reivindicação central do movimento.

Exatamente no período do aumento das passagens e da resposta estudantil, discutia-se no Governo Federal e no Congresso o reajuste do salário mínimo. O movimento esteve completamente alheio. A CUT (PT), Força Sindical (PDT) e CTB (PCdoB) e UNE (PCdoB/PT) assumiram a política capitalista do salário mínimo de fome. A

Central Sindical e Popular – Conlutas (CSP-C) (PSTU) e Intersindical fizeram oposição institucional sob a bandeira de reajuste de 62%, ou seja, R\$ 826,20. Uma barbaridade! Com esse mínimo, não se cumpre as condições necessárias para a existência da família operária, a não ser uma existência de privações.

Tratou-se e trata-se de um brutal erro e desvio privar o movimento do passe livre da reivindicação de **salário mínimo vital**, que nos cálculos do POR é de R\$ 3.824,00. Somente em transporte, estimamos R\$ 529,00.

Os anarco-reformistas instigam a tese de um passe livre para todos a ser obtido por meio de impostos progressivos, de uma reforma tributária e de subsídios públicos. Apoiam-se em premissas capitalistas de serviços, agregando-lhes a “gratuidade para todos”. E encontra a resposta nos mecanismos capitalistas de impostos e de subsídios, bem como na política burguesa parlamentar. O MPL pisa em ovos referindo-se à “gratuidade para o conjunto da população e fora da iniciativa privada”. Nega-se defender a bandeira de **estatização sem indenização do sistema privado de transporte urbano**. Isso explica por que não admitem a reivindicação de salário mínimo vital, que se contrapõe frontalmente à exploração do trabalho e se choca com o Estado burguês.

A Assembléia Nacional dos Estudantes – Livres (Anel) (PSTU), por sua vez, circunscreve o **passe livre para estudantes e desempregados**. E se refere de raspão a uma tarifa para o restante da população trabalhadora que “**corresponda à manutenção dos ônibus**”. Defende a estatização dos transportes sem condicioná-la a não indenização e sem colocá-la sob o controle operário. Juntamente com o MPL, a Anel/PSTU rechaça dotarr o movimento da reivindicação do salário mínimo vital, que, como vimos, a CSP-C/PSTU não formula.

Não resta dúvida que a reivindicação de **passe livre para estudantes**

e **desempregados** faz parte do movimento e cumpre a função de expressar a necessidade particular das camadas desempregadas e da juventude. E não está em contraposição às bandeiras gerais de **salário-mínimo vital e de expropriação sem indenização dos transportes e estatização sob o controle operário**. Assim, deve ser levantada como parte das reivindicações das massas contra a alta do custo de vida e contra a exploração capitalista.

Os anarco-reformistas criaram a *panacéia do passe livre para todos* e os centristas *confinaram a reivindicação parcial de passe livre para estudantes e desempregados*.

O POR reconhece que errou em levantar a bandeira de passe livre para todos, sem a devida justificativa. A bandeira de passe livre a todos comparece completamente oca diante da tarefa de defender a vida dos explorados com a reivindicação de **salário mínimo vital**. Esse erro impossibilitou ao POR de fazer a crítica à panacéia do MPL.

O POR convoca a militância combativa do movimento a romper com as formulações reformistas e oportunistas. Convoca a organizar a luta sob o programa da classe operária.

Em resposta à pobreza, à miséria e à fome, que se agravam com a alta do custo de vida: pelo **SALÁRIO MÍNIMO VITAL, COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE; ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO; ESTATIZAÇÃO DOS TRANSPORTES SEM INDENIZAÇÃO, SOB O CONTROLE OPERÁRIO; PASSE LIVRE PARA DESEMPREGADOS E ESTUDANTES!**

DERROTAR O AUMENTO DAS TARIFAS NAS RUAS!

DEFENDER A VIDA DOS EXPLORADOS CONTRA A MISÉRIA E A FOME!

UNIDADE DOS EXPLORADOS E DA JUVENTUDE OPRIMIDA SOB O PROGRAMA E A POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO!

Fortaleza

Empresários e Prefeitura aumentam passagem de ônibus

A prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins (PT), após várias audiências, realizadas entre a Etufor (autarquia que gerencia o transporte público) e o Sindiônus, bateu o martelo e definiu que a passagem sobe de R\$ 1,80 para R\$ 2,00 em 6 de março.

Os empresários exigiam um aumento de 22% e obtiveram, sem nenhum esforço, ao menos 11%. Eles alegaram o reajuste de 7% dado aos motoristas e custos a mais com aumento das linhas e quilometragem. Fato mesmo é que o Sindiônibus (sindicato empresarial) não abre seus livros caixa, ou seja, segundo acusação dos próprios vereadores de Fortaleza, nunca foram tornadas públicas as planilhas de custo das empresas.

O movimento estudantil e luta contra o aumento da passagem

Os estudantes organizaram-se, desde cedo, no Fórum contra o aumento da passagem e de defesa do passe livre, que reúne entidades estudantis e diversas correntes políticas. Este organizou duas manifestações, uma delas no centro da cidade com cerca de 150 estudantes, que marcharam até a sede da prefeitura. A fraqueza da luta estudantil está, neste momento, na ausência dos secundaristas (em recesso, no caso da rede estadual e em vias disso na rede municipal) e universitários da universidade estadual – UECE, também na mesma situação. Os estudantes da Universidade Federal do Ceará (UFC) têm bancado a luta praticamente sozinhos, apoiados por militantes sindicais. Afora isto, o Fórum tem sido fragmentado pelas ações do PCR, que dirige uma entidade estudantil (UESM) e recusa

manifestações conjuntas bem como a participação no fórum. Os estalinistas, porém, têm visto suas pretensões naufragarem: sua última manifestação isolada foi um completo fiasco e estes tiveram de juntar-se à passeata articulada pelo Fórum. Também o PSTU, com base no sindicato dos motoristas (Sintro), tentou romper o mesmo, organizando uma manifestação à parte, no Terminal do Papicu. Também fracassou. O Sintro abandonou as reuniões, embora cedesse os carros de som. Os centristas, que chegaram a acusar o Fórum de ser ‘anti-PSTU’, têm comparecido com seu setor estudantil.

Os limites das bandeiras políticas do Fórum

Nas últimas manifestações e panfletos distribuídos tem-se percebido que a maioria das correntes no Fórum (Psol, PSTU, anarquistas etc) tem canalizado a luta para os marcos da mera denúncia do aumento da passagem ou propaganda do passe livre, sem ir até as últimas consequências na luta, que é a defesa da expropriação dos capitalistas do transporte (estatização sem indenização do transporte, sob controle dos trabalhadores e usuários) assim como a defesa do salário mínimo vital. Sem a expropriação dos empresários do transporte só restará ao povo pobre e à juventude, que usa o transporte público, o caos, a superlotação, desconforto e passagens caras, que condenam os explorados à falta de lazer e acesso à cidade. A Corrente Proletária Estudantil/POR atua no Fórum e nos atos defendendo esta política e luta para forjar um pólo revolucionário no movimento estudantil.

Resposta à crítica de PCO

No jornal nº 627 da Causa Operária, PCO divulga que vem fazendo uma campanha pela bandeira de “Fora Kassab e que o Comitê de luta contra o aumento das passagens se negou a apoiá-la. Daí a seguinte acusação: “No entanto, a proposta foi rejeitada por todos os grupos de esquerda presentes no último dia 20 de fevereiro. Psol, PSTU e MPL se colocaram abertamente contra e os grupos menores como LER-QI e POR, embora não tenham sequer se pronunciado, tiveram a mesma política destas outras organizações.”

Basta essa formulação para se ter a completa falta de rigor de PCO com a crítica. O fato do POR não ter avalizado a bandeira de “Fora Kassab” não significa que tenha tido “a mesma política destas outras organizações”. Necessariamente, o redator do ataque deveria

demonstrar em que a política do POR é a mesma do Psol, etc. Embocá-los por terem rejeitado ou desconsiderado a proposta do PCO, é jogar sujo com a arma da crítica. Esse manejo é típico do oportunismo.

O POR desenvolve uma política distinta do Psol, PSTU, MTL, LER e PCO no seio do movimento e a expressa claramente nas reuniões do Comitê. Caso PCO partisse das bandeiras defendidas pelas distintas correntes, veria que as diferenças irreconciliáveis do POR com as demais organizações exigia uma crítica concreta.

Não nos manifestamos na polêmica porque vimos que era estéril, uma vez que a bandeira era e é distracionista. Não havia razão para nos aliar com PCO contra os anarquistas, reformistas e centristas em torno da questão. Cumpriria-

mos um papel quixotesco nos batendo por uma bandeira de papel. Mesmo que esse fosse o entendimento tanto do POR como das demais correntes, não estaríamos sob a “mesma política” ao rejeitá-la, pronunciando-se ou ignorando.

PCO tem todo direito de criticar as forças presentes por não reconhecerem seu “Fora Kassab” como uma bandeira necessária ao movimento. É compreensível que faça a defesa de sua política e procure influenciar a vanguarda com as imputações contra as correntes adversárias. O que o PCO não tem é o direito de afirmar que o POR está sob a mesma política do Psol, etc., sem que faça qualquer demonstração. As bandeiras defendidas pelo POR têm sido rechaçadas no Comitê. Logo mais as explicaremos. E mostraremos as diferenças abissais entre nossa política e a das demais cor-

rentes. Vamos, antes, entrar no mérito da bandeira de PCO.

Eis a justificativa para o Fora Kassab: 1. “As manifestações são um claro sinal de que a política direitista imposta por Kassab está em crise.”; 2. “Por causa desse fato (PCO refere-se a um mês de protesto) e da revolta contra Kassab este movimento de luta contra passagem pode se tornar centralizador de toda a luta contra o prefeito (refere-se a movimentos como de enchentes, moradia)”; 3. “A maneira de fazer o movimento avançar neste sentido é politizá-lo, fazendo com que além das “reivindicações pontuais” ele assuma um caráter político, ou seja, a luta contra o governo.”; 4. “O que une todas essas manifestações dispersas é a luta contra Kassab (...) para pôr abaixo o seu governo.”

PCO achou o “ovo de Colombo” para unificar os protestos e mobilizações, ocorridos em alguns bairros contra as enchentes e conflitos pela moradia, por trás do movimento estudantil, que saiu às ruas contra o aumento das passagens de ônibus. As reivindicações distintas e particularizadas seriam suplantadas pelo Fora Kassab. PCO não diz que governo deveria ocupar o lugar do prefeito do DEM. Mas para a sua política revolucionária essa pergunta não se coloca. A questão é dotar “as reivindicações pontuais” de uma bandeira política geral, assim se estaria politizando o movimento.

Não PCO, não é o Fora Kassab que politizará. Nenhuma bandeira politiza movimento algum. Essa explicação e o raciocínio são artificiais e fantasiosos. O movimento contra o aumento das passagens nasceu limitado e despolitizado não porque lhe faltasse uma bandeira política, mas porque as reivindicações não respondem às necessidades gerais das massas e porque expressam a política pequeno-burguesa do MPL, à qual o PSTU agregou a sua por meio do chamado consenso.

Demonstremos

1. O MPL é a força dominante. Defende **passé livre para todos, a ser viabilizado por “uma reforma tributária nos impostos progressivos”**. Por essa bandeira e por essa via, o movimento estava e está fadado a todo tipo de limitação, de ilusão, e ao fracasso.

2. O PSTU é a segunda força. Sua

bandeira é a de **passé livre para estudantes e desempregados, com o adendo de estatização dos transportes. Reivindica que Dilma emita “uma Lei Nacional que garanta a existência e o financiamento desse direito para todos os jovens e desempregados”**. Como se vê, restringe a bandeira e permite acréscimos (congelamento de tarifa, municipalização).

3. A LER-QI é carbono do PSTU, com variação oportunista. Sua bandeira é “**passé livre imediato para estudantes e desempregados**”. Procura se diferenciar valendo-se da bandeira o MPL de “**passé livre para todos**”, vinculando-a à de “**estatização imediata dos transportes sob gestão de usuário e trabalhadores**”. O restritivo “imediato” indica que se espera obter o passé livre para estudantes e desempregados antes de qualquer outra conquista (mesmo em relação ao “imediato” da estatização). A fórmula de “gestão de usuários e trabalhadores” é distinta do controle operário, que implica a via revolucionária e não democrático-institucional, ou seja, a bandeira de “gestão” é socialdemocrata.

4. O POR defendeu como bandeira central a luta pelo **salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste, estatização sem indenização sob o controle operário e passé livre para todos**. Fez posteriormente uma correção pública quanto à bandeira de “passé livre para todos”, completamente minada pela formulação do MPL e injustificada perante a reivindicação de salário mínimo vital e retomou a bandeira de passé livre para estudantes e desempregados. (ver o Manifesto “**Responder ao aumento das tarifas com a defesa do salário mínimo vital com escala móvel de reajuste**”).

5. E PCO? Ateve-se ao **Fora Kassab**. Sequer apresentou suas reivindicações para o movimento contra o aumento das passagens. Ao afirmar que se deveria ir além das “reivindicações pontuais”, desconheceu-as. Pior ainda: não submeteu à crítica as bandeiras falaciosas do MPL, as limitações reformistas do PSTU e o oportunismo da LER.

O desprezo de PCO com as formulações é tão grande que em seus materiais apregoa que é preciso dar às manifestações “um caráter mais políticos”. Os

movimentos não necessitavam de se tornar “mais político”. Mas sim de ter uma direção revolucionária, ou seja, proletária e não pequeno-burguesa. As bandeiras e o método de luta expressam uma ou outra. PCO deveria responder se a bandeira do **salário mínimo vital** é a que responde aos aumentos das tarifas, entre elas a dos transportes coletivos, ou se não corresponde. Se disser que corresponde, deveria explicar por que não a levantou e a defendeu com o POR contra a resistência do MPL, PSTU e LER.

Em seu jornal, PCO faz a defesa de que o salário mínimo vital é fundamental para defender a vida das massas. Por que então não a fez no concreto do movimento? Não é devido a seu academicismo envolto pelo sectarismo? Justamente quando estávamos às quintas-feiras nas ruas, o governo, o parlamento e a burocracia sindical decidiam pelo salário mínimo de fome. E qual era a bandeira dos estudantes? Basta responder a essa pergunta para se ver que a direção pequeno-burguesa havia rechaçado a bandeira de **salário mínimo vital**, defendida pelo POR e por mais ninguém.

Cada corrente, a sua maneira, pregou a necessidade de ampliar o movimento para os assalariados, bairros pobres etc. No entanto, fugiram da reivindicação do **salário mínimo vital**, como o gato fuge da água. Politizar o movimento com uma bandeira “política”? Bobagem da política pequeno-burguesa de aparência radical.

O POR não se contraporia ao PCO com os dois argumentos apresentados no Comitê. Ou seja, de que o Prefeito conta com apoio da população ou de que o movimento não poderia assumir um caráter político. Os centristas e os anarquistas do Comitê podem responder assim, expressando sua política. O POR não! PCO é irresponsável ao nos emblocar com centristas e anarquistas, que a todo o tempo estiveram contra a bandeira de **salário mínimo vital**. Caso os redatores do Causa Operária tivessem um pouco de discernimento, levariam em consideração a luta que se deu em torno não só da bandeira de Fora Kassab. Se assim o fizessem, saberiam nos dizer em que terreno estavam quando ignoraram a bandeira de **salário mínimo vital**.

Nesta edição:

- ONU aprova a intervenção imperialista na Líbia
- Fora a ONU e as potências – pela autodeterminação do povo líbio
- A inflação na China
- Tragédia humana no Japão
- Situação Política Nacional para debate no Congresso do POR-Argentina
- Bolívia: A burocracia sindical e o salário mínimo vital

Artigos do Cerqui



**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Vitórias de Kadafi

ONU aprova a intervenção imperialista na Líbia Fora a ONU e as potências – pela autodeterminação do povo líbio

Com o avanço das tropas de Kadafi sobre Benghazi, o Conselho de Segurança da ONU decidiu por 10 votos e 5 abstenções uma resolução que autoriza o imperialismo a intervir diretamente no conflito. Alemanha, Rússia, China, Índia e Brasil se abstiveram. Com a posição de aparente neutralidade, permitiram que Estados Unidos, Inglaterra e França obtivessem a “licença” para impor a zona de exclusão aérea, enviar instrutores e armamentos para a Líbia. A resolução, pelo que informaram os jornais, somente não permite lançar tropas por terra. Está em andamento, portanto, o intervencionismo militar do capital internacional.

Assim que eclodiu o confronto em Benghazi, as potências usaram o sangue dos primeiros insurretos para se pronunciarem pelo intervencionismo. Medidas econômicas foram tomadas pelos Estados Unidos, seguidos de seus aliados. Navios de guerra foram deslocados para a região conflagrada. Cresceram os pronunciamentos pela renúncia do ditador, que até o dia anterior ao levante servia aos interesses da Europa e dos Estados Unidos. Armaram a campanha do humanitarismo e levantaram a bandeira dos Direitos Humanos. Tentaram aprovar na ONU a zona de exclusão. Mobilizaram a Liga Árabe e a União Africana no apoio à diretriz das potências. Reuniram a OTAN para amedrontar Kadafi. A França reconheceu o Conselho de Benghazi como governo da Líbia.

O déspota procurou negociar a rendição de Benghazi com representantes da burguesia européia. Convidou a “comunidade internacional” (imperialismo) a viajar até a Líbia e verificar in loco os acontecimentos. Incentivou uns poucos aliados que sobraram – Venezuela e Cuba – a fazerem campanha por uma mediação. Exortou o Brasil (Lula) a ajudar nas negociações com o imperialismo. Mas as posições estavam fixadas: o imperialismo, acossado pelas revoluções na Tunísia e Egito, e pela inquietação generalizada das massas árabes, não podia apoiar Kadafi; e Kadafi não tinha como deixar o poder.

Se a revolução tivesse força para derrubar o regime de Kadafi, os Estados Unidos teriam as portas abertas para interferir com sua estratégia de democracia, de liberdade e reconstrução nacio-

nal. Nenhum de seus interesses impostos a Kadafi seriam afetados – principalmente os das petroleiras –, uma vez que o levante teve o seu apoio. O risco de as massas em armas rechaçarem o imperialismo? Não aceitarem um novo governo fantoche? Trata-se da luta de classes, na qual a burguesia mundial está metida por inteiro. Mas o risco é calculado. O movimento revolucionário que tem por base a pequena burguesia, setores burgueses, caciques tribais e camadas exploradas não está sob uma direção marxista, comunista. A possibilidade das forças pró-imperialistas internas se valerem do movimento estava e está dada.

Diante da contra-ofensiva das forças de Kadafi e sua iminente vitória militar, o imperialismo foi obrigado a pressionar o Conselho da ONU a endossar a zona de exclusão. O imperialismo, no entanto, terá de jogar peso nos embates, como fez na guerra separatista que desintegrou a Iugoslávia.

A evolução do conflito se torna imprevisível. Kadafi acusou a medida da ONU de incentivar a divisão da Líbia. É uma possibilidade. Caso Benghazi não caia rapidamente, o imperialismo poderá intervir para garanti-la. É o que esperam membros do comando militar dos rebelados. Essa via não é a da revolução. O proletariado mundial deve rechaçar e lutar contra a intervenção do imperialismo.

Se as condições para derrubar o regime despótico pela via revolucionária não se constituíram, não é pelas armas dos colonialistas e imperialistas que elas devem se dar. Os insurretos têm a alternativa de mudar os métodos de luta – já se aventou a resistência na forma de guerrilha. Mesmo que Kadafi sobreviva a essa crise, não se recuperará de seu esgotamento histórico. A presença de um partido marxista-leninista-trotskista, caso houvesse, estaria em total contraposição ao intervencionismo e recuaria se necessário a posição de resistência. Dividir a Líbia por meio da ocupação das potências e disputar o controle das fontes de petróleo, é uma medida contra-revolucionária.

O POR delimitou claramente o terreno: nenhuma revolução triunfará sob a influência do capital internacional. Nenhum governo, por mais despótico e sanguinário que seja, deve ser derrubado pelas forças externas do imperialismo. No momen-

to em que o imperialismo colocar sua máquina de guerra contra Kadafi e o levante dela depender, já não há mais movimento revolucionário. O que certamente abrirá uma cisão no seio do movimento em favor e contra. A bandeira de não intervenção tem sido fundamental e deve ser um fator de discórdia nas fileiras dos sublevados. A intervenção direta, certamente, trará novas implicações para a revolução democrática na Líbia.

Abaixo a ditadura pró-imperialista de Kadafi! Nenhuma zona de exclusão! Fora o imperialismo da guerra civil na Líbia. Viva a revolução dos líbios, pelos líbios e para os líbios!

Combater o intervencionismo imperialista na Líbia A posição proletária internacionalista em defesa da revolução

Havíamos escrito este artigo quando a ONU aprovou uma resolução que permite a intervenção direta do imperialismo na guerra civil da Líbia. Não o mudamos. Deixamos como está porque mostra o esforço do POR em se aproximar, com o método de materialismo histórico e com a doutrina marxista da luta de classes e do internacionalismo proletário, de uma revolução tão distante do Brasil e de nosso continente. Confirma-se a necessidade de defender os levantes democráticos das massas com o programa da revolução proletária, em cuja base está o internacionalismo comunista.

Na segunda semana de março, as forças militares de Kadafi avançaram contra posições dos rebeldes. Reconquistaram cidades estratégicas. Retomaram complexos petroquímicos, como os de Brega e Ras Lanuf. E progrediram a marcha até Ajdabiya, a 130 km de Benghazi. Atacadas por ar e terra, as forças anti-Kadafi se mostram inferiorizadas, dispersam-se e recuam.

A euforia animada pela imprensa de que a revolução armada caminhava rumo a Trípoli se transformou no contrário. James Clapper, militar da inteligência norte-americana e conselheiro de Barack Obama, avaliou em audiência no Senado que “Kadafi vencerá”. O general não fez senão expor a evidência de que Trípoli está bem armada, tem militares bem treinados e permanece fiel ao ditador. A juventude revolucionária que ocupou o quartel de Benghazi e se apossou do seu arsenal não tem como travar uma guerra convencional contra as tropas leais e a força de elite kataeb, comandada diretamente pelos filhos do déspota.

Confirmada a guerra civil, os acontecimentos mostraram que o regime de Kadafi não se desintegrou, como parecia que ia ocorrer, e os soldados que desertaram para não atirar na população em parte não assumiram o levante armado. Assim, os confrontos têm sido protagonizados por civis sem preparo das armas. A divisão entre leste (Benghazi) e oeste (Trípoli) permaneceu sem alteração. A revolução para triunfar dependia e depende de um levante popular sob os pés do ditador em Trípoli, que certamente isolaria o regime e romperia sua unidade política e militar.

O movimento começou com a sublevação em Benghazi, a brutal reação policial e as mortes de civis. A partir desse choque, desencadeou-se o armamento de manifestantes em forma de insurreição. O apoio de senhores tribais, de clérigos mu-



çulmanos e a debandada de militares rompeu o leste do oeste. A linha divisória se consolidou. De posse das armas e apoiados por oficiais do exército, os sublevados procuraram avançar por entre as cidades próximas de Trípoli e de importância economicamente estratégica.

Tudo indica que a proporção da insubordinação em Benghazi tomou Kadafi de surpresa. Enquanto reagia politicamente, acusando a subversão da Al Qaeda, exortando as potências a não facilitarem a ação de terroristas e ameaçando com a guerra civil, preparava suas forças militares, verificava até onde iria a rachadura do regime e se poderia contar com o apoio ou pelo menos com a passividade de boa parcela dos dois milhões de tripolitanos, bem como das tribos leais. Assim que definiu os limites da capacidade de Benghazi, passou para a ofensiva.

O pedido do general Mohamed Abdel-Rahm para que o imperialismo forneça armas indica a fraqueza política e militar do movimento revolucionário. E a mais recente reclamação de Mustafa Gheriani, porta-voz do Conselho Nacional Provisório, de que está “decepcionado com o ocidente” (imperialismo) e de que a revolução corre o perigo de cair nas mãos do “extremismo islâmico” reflete desespero. As informações jornalísticas, perante as quais devemos ter muito cuidado, dizem que existem divergências nas fileiras dos sublevados. Há lideranças que admitem e querem a zona de exclusão aérea implantada pela Otan, mas desaconselham ações terrestres.

As massas árabes cultivam rancor à prepotência norte-americana e à sua política de apoio ao sionismo de Israel. Os líbios passaram por duras experiências com o colonialismo italiano. E o regime despótico, sob o qual a Líbia tribal permaneceu unida, assumiu por todo um período o nacionalismo pan-arábico do ditador Nasser, que o irradiou desde o Egito. É certo que, nos anos 90, Kadafi iniciou uma virada pró-ocidente (pró-imperialismo) e deixou para trás a bandeira de independência nacional. Não obstante, uma intervenção militar desde fora é arriscada. Pode remexer o passado e incentivar o sentimento anticolonialista dos líbios, principalmente da parcela que continua sob a ascendência do ditador. Mais ainda, pode despertar a oposição das massas oprimidas árabes em vários países.

Kadafi fez um convite para que uma comissão internacional da ONU fosse ao local do conflito para que pudesse constatar que seu regime não tem usado força desproporcional – um conceito que serve de critério para as potências intervirem em nome dos Direitos Humanos. Acenou também para uma negociação com a oposição armada. Externamente, contou com o apoio de Hugo Chávez que apoiou a proposta de uma comissão de investigação. Essas manobras serviram à defesa do regime.

É bem possível que Kadafi não tenha posto todo seu aparato militar para esmagar os insurretos para não alimentar os argumentos “humanitários” das potências em favor da intervenção direta. Permaneceu recuado, para depois com mais segurança tomar a iniciativa que configura uma guerra em que ambos os lados matam. O governo líbio acompanhou os movimentos das potências e atuou de forma a convencê-las de que o levante

não é de todo o povo líbio, que conta com apoio da maioria e que combate o terrorismo.

Mais de uma iniciativa se fez para que o Conselho de Segurança da ONU aprovasse a zona de exclusão. China e Rússia não se sentiram confortáveis em seguir a linha intervencionista dos Estados Unidos. Inglaterra e França tomaram a frente da estratégia, de maneira a configurar uma ofensiva coletiva para remover o desgastado ditador. Obama mais de uma vez exortou Kadhafi a deixar o poder. E a França em um arroubo quixotesco reconheceu o Conselho Nacional Provisório de Benghazi como governo legítimo da Líbia. A Liga Árabe fingiu ter voz própria e propôs que a ONU decidisse pela zona de exclusão. Obama se mostrou disposto a abrir mais uma fronteira de ação intervencionista, mas quer que as demais potências financiem os custos e coloquem seus soldados em campo de batalha.

A cada dia que consolida a contra-ofensiva de Kadhafi sem a propaganda de grandes massacres, mais difícil se torna o envolvimento de estrangeiros na guerra civil. Os revoltosos já aventam a possibilidade de partir para a guerrilha. Caso seja viabilizada, tornará o confronto mais longo e sedimentará a divisão entre leste e oeste. Os Estados Unidos e seus aliados se aproveitarão das debilidades da oposição. Quanto mais certeza tiverem de que abortarão a revolução e encontrarão uma saída negociada de Kadhafi, mais se imiscuirão na crise líbia. Os Estados Unidos têm nas mangas várias cartas - tanto a zona de exclusão, envio de tropas, fornecimento de armas, como a negociação com Kadhafi em torno de uma reforma do regime.

É mais provável que a ditadura não seja destruída por uma insurreição armada, como inicialmente aparentou estar ocorrendo. É preciso que novos acontecimentos impulsionem as massas à luta política, particularmente em Trípoli. Esse quadro nos revela que a revolução perdeu força e está em vias de fracassar. No entanto, se esse for o desfecho, a recomposição de Kadhafi será provisória. O regime despótico, corrupto, perdulário e despedido do nacionalismo original está esgotado. Para sobreviver a uma vitória, terá de recorrer a uma violência inaudita contra a oposição de Benghazi. E estará obrigado a se entregar de corpo inteiro ao imperialismo.

O fracasso da revolução é o pior que pode acontecer. Não simplesmente porque a ditadura será preservada, mas porque as portas de entrada do imperialismo no Líbano, se já estavam abertas, serão escancaradas. Os Estados Unidos e toda horda imperialista terão em suas mãos tanto o governo de Kadhafi quanto as lideranças oposicionistas que emergiram do levante.

A ausência do partido revolucionário - marxista-leninista-trotskista - no seio das massas líbias e do Partido Mundial da Revolução Socialista (a IV Internacional) é parte fundamental da gigantesca dificuldade das massas aproveitarem seu potencial revolucionário e seu heróico levante contra a opressão. Os acontecimentos ensinam que não basta ter disposição de combate e armas. É preciso que as massas assumam a insurreição, tendo a

frente o proletariado organizado.

A vanguarda que se desperta na Líbia tem a tarefa de trabalhar pela revolução rechaçando a intervenção imperialista e organizando a parcela ainda vacilante, bem como animando a parcela que se mantém submissa ao regime despótico.

O Partido Operário Revolucionário tem claro que o capitalismo mergulhou em profunda crise, que se estenderá por muito tempo. As contradições entre as forças produtivas e as relações de produção atingiram um novo patamar após a II Guerra. O que estabelece um novo patamar da luta de classes.

A burguesia mundial, tendo como carro chefe os Estados Unidos, será impulsionada a destruir em grande escala forças produtivas e a subjugar ainda mais povos e nações oprimidas. Os acontecimentos que abalam o Norte da África e o Oriente Médio árabe são sintomas da desintegração do capitalismo. Não por acaso ocorrem no quadro de lutas operárias e populares na Europa.

Os levantes das massas contra governos autocráticos, como na Tunísia, Egito, Bahrein, Arábia Saudita, etc., e as lutas nas ruas da Grécia, França, Espanha, etc. contra governos democráticos têm em comum o fato de enfrentarem governos capitalistas que expressam a ditadura de classe da burguesia. Essa situação surpreende pelo seu dinamismo. As sublevações árabes em cadeia se distinguem por assumir formas de revoluções democráticas, que não podem triunfar devido a ausência dos partidos marxistas-leninistas-trotskistas e da IV Internacional. Estando diante de revoluções no Oriente Médio e de movimentos de resistência aos planos antipopulares na Europa, a vanguarda que reivindica o socialismo pode avaliar em profundidade a constatação de Trotsky no Programa de Transição de que a crise da humanidade é a crise de direção. Nenhuma corrente revolucionária pode desconhecer ou minimizar essa premissa, porque estará

negando empunhar o programa da revolução e ditadura proletárias.

Os levantes na Tunísia e Egito que resultaram na remoção de ditadores não puderam se transformar em libertação dos explorados do jugo capitalista. Mas puseram à luz do dia a via revolucionária - a insurreição das massas e seu armamento. A sublevação da Líbia seguiu o mesmo percurso, mas foi muito além, transformando-se em guerra civil. Não resta dúvida aos marxistas que os governos burgueses - sejam ditaduras ou democracias - e a respectiva classe capitalista não deixarão o poder senão por meio da guerra civil.

É dever do proletariado mundial de apoiar as revoluções e aprender com os acontecimentos inéditos na luta de classes mundial. É dever das organizações revolucionárias de empunharem o Programa de Transição da IV Internacional no combate de morte à contra-revolução encarnada pelo imperialismo e pelas frações burguesas das semicolônias.

Viva a revolução líbia! Fim da ditadura de Kadhafi! Fora o imperialismo! Por um governo revolucionário de operários e camponeses (ditadura proletária)!



PSTU: “Não existe uma teoria da revolução no marxismo”

Durante o debate ocorrido em Londrina sobre a situação egípcia, um membro do PSTU que esteve no Egito, afirmou que não existe uma teoria da revolução no marxismo. Esta foi sua resposta ao questionamento de que, segundo ele, no Egito teria ocorrido uma revolução vitoriosa. Diante do fato da burguesia egípcia e do imperialismo continuarem no poder mediante um golpe militar que abortou a revolução democrática, o palestrante tentou sair pela tangente e justificou a sua inconsistência teórica em nome do marxismo. De acordo com ele, haveria várias teorias sobre a revolução: uma de Marx, outra do Lenin, outra do Trotski e..., claro..., outra de Moreno, que não sabemos como foi parar nessa lista. Mas, toda esta manipulação serviu para justificar que o processo egípcio culminou na revolução democrática. Afinal, cada um tem a sua teoria sobre o que é uma revolução. Esse disparate mostra que o oportunismo político leva ao desvario intelectual e à violentação da história das ideias.

Ao contrário do que o viajante ao oriente afirma, desde o Manifesto do Partido Comunista, o marxismo, que é a doutrina da classe operária internacional, define com clareza que a revolução social, na época do capitalismo, conduz à expropriação violenta da propriedade privada capitalista e sua substituição pela propriedade socializada. Esta é a única “teoria” marxista da revolução. Qualquer outra ideia implica colocar-se fora do marxismo, ou seja, adotar um ponto de vista oposto ao da classe operária. Esta definição está presente nas resoluções e teses dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista, fundada por Lênin e Trotsky e está no Programa de Transição que funda a Quarta Internacional. A mera substituição de um governo burguês por outro não pode ser considerada uma revolução democrática, justamente porque não se converteu em

revolução social. A Revolução Russa provou essa tese, bem como a Chinesa e Cubana.

E uma revolução democrática? No caso do Egito, país atrasado e semicolonial atado firmemente ao cabresto imperialista, uma revolução democrática teria a tarefa de conquistar a soberania nacional, instaurar a democracia política e extensão de direitos democráticos e fazer uma reforma agrária. É isso que ocorre no Egito? Na opinião do viajante parece que sim. Mais do que isso. Na sua resposta, ele exaltou a espontaneidade da organização popular atribuindo-lhe papel protagonista – assim como a imprensa burguesa atribui às “redes sociais” cibernéticas o protagonismo –, verdadeiro demiurgo da suposta revolução.

Neste caso incorre em dois equívocos graves. Primeiro, é o desprezo pelo partido revolucionário como premissa de uma revolução. Há muito a história da luta de classes confirmou este princípio. Sem uma direção revolucionária firmemente inserida na luta das massas, estas não podem concluir a tarefa de expropriação da burguesia. Segundo, é imaginar a possibilidade de uma revolução democrática à margem de uma revolução proletária, encabeçada pelo proletariado e pelo seu partido. Na atual etapa de putrefação do capitalismo, as burguesias nacionais – e muito menos a pequena-burguesia – não podem mais encabeçar uma luta consequente para se emancipar do domínio imperialista. Somente no marco de uma revolução proletária as tarefas democráticas podem ser resolvidas.

Mas o PSTU se caracteriza precisamente pela falta de fidelidade a qualquer princípio. Por isso seus representantes podem se permitir o direito de prostituir o marxismo à vontade, se dessa forma imaginarem que vão se aproximar da pequena-burguesia, despolitizada e preconceituosa contra o partido revolucionário.

A inflação contra as massas

A análise marxista

Tema favorito dos noticiários burgueses, da economia vulgar e dos governos de plantão, o problema da inflação atua como meio de justificar maiores e mais profundas intervenções dos capitalistas e dos ministérios burgueses sobre a economia, meio de atacar mais profundamente a vida das massas. Não é à toa que, no Brasil e no mundo, existam dezenas de índices que medem a inflação e se multiplicam as explicações sobre o fenômeno.

Na época de Marx, a inflação não tinha o impacto que tem hoje. Sem a economia monopolizada, com o padrão-ouro predominando e com a incipiência da moeda “crédito”, a relação entre a quantidade de moedas em circulação e a quantidade dos preços das mercadorias podia ser mais equilibrada.

Contudo, as falsas explicações já pesavam sobre as massas trabalhadoras. Duas correntes dominavam o debate entre os economistas na segunda metade do século XIX. A corrente dos monetaristas (os quais supunham haver mais moeda do que mercadorias circulando, levando a um aumento no preço das mercadorias e a depreciação das moedas) e a corrente keynesiana (que afirmava haver maior demanda do que oferta, uma

vez que a elevação salarial dos trabalhadores puxava aquela para cima, conduzindo a um aumento geral dos preços).

As indicações de Marx, em “O Capital” e em outras obras, põem abaixo as teorias de ambas as correntes. Primeiro, porque, quanto à questão das moedas, é o inverso que o ocorre. A quantidade de moedas só aumenta ou diminui em relação à massa de preços circulando: *“A uma dada velocidade de circulação, a massa dos meios de circulação é simplesmente determinada pelos preços das mercadorias. Os preços não são, portanto, altos ou baixos porque circula mais ou menos dinheiro, mas circula mais ou menos dinheiros porque os preços são altos ou baixos”*.

Quanto à questão da inversão dos polos “oferta e demanda” e o peso dos salários sobre a demanda, a resposta de Marx é ainda mais firme: uma elevação salarial, decorrente da diminuição da jornada de trabalho, por exemplo, leva a *“um aumento importante do número de operários ocupados nas fábricas, uma baixa ininterrupta dos preços de seus produtos, um maravilhoso desenvolvimento da força produtiva de seu trabalho, uma extensão contínua nunca vista do mercado para suas mercadorias”*. Ou seja, diminui a pobreza e se expande o mercado, a elevação dos preços não decorre de maior demanda, porque quando essa se expande

os capitalistas são obrigados a utilizar maior tecnologia para atender o mercado, o que conduz a “uma baixa ininterrupta dos preços” dos produtos que o trabalhador consome.

A inflação “monopolista”

Retomar Marx é importante para não recair nas explicações da economia burguesa. No Brasil, a justificativa maior para a elevação da taxa de juros (Selic) aparece como “contenção da inflação”. A mesma justificativa é utilizada agora na China e em vários outros países atrasados. Do mesmo modo, buscam-se medidas recessivas, como corte nas despesas do Estado, arrocho salarial, para conter a “demanda” e, assim, evitar o aumento da inflação.

Para os marxistas, as causas da inflação decorrem da depreciação da moeda em relação à massa dos preços das mercadorias em circulação. Essa depreciação, na fase monopolista do capitalismo, é crônica, uma vez que a necessidade de superlucros por parte dos monopólios conduz a mecanismos artificiais de elevação contínua do preço das mercadorias.

Para compensar a lei tendencial da baixa da taxa de lucros, os monopólios utilizam-se do Estado e de seu poder no mercado capitalista, para elevar os preços, chamados “preços inflacionários”. Ao longo do século XX, pudemos observar esse fenômeno nos preços das principais matérias-primas (petróleo, por exemplo) e, atualmente, vemos uma elevação artificial das commodities agrícolas.

Essa elevação artificial contínua gerou a ideia de que existe uma inflação “boa” e uma inflação “ruim”. É boa quando não ultrapassa o que os governos estabelecem (no Brasil, em torno de 4 a 5% por ano), e ruim quando se torna “incontrolável”. Por trás dessa lógica, há a permanente desvalorização da força

A inflação na China

A massa de capital acumulado socialmente cresceu de tal forma do século XIX para o século XX que todo tipo de distorção econômica foi tentada pelos grupos capitalistas. A valorização e a desvalorização artificial de moedas, a hiperinflação, as elevadas taxas de juros, assim como todos componentes que atuam de fora do processo produtivo foram tentados com vistas à manutenção da massa de lucros, uma vez que a sua taxa decresceu ao longo desse período.

A entrada da China, nos últimos anos, para a “economia de mercado” não poderia se dar sem que ela participasse das contradições da época monopolista. Desde dezembro de 2010, várias medidas do governo chinês demonstram que o caminho de sua economia não é tão diferente quanto dos demais países capitalistas. A elevação da taxa de juros, o aumento do compulsório dos bancos ao Banco Central e o anúncio de que pode haver valorização do yuan ainda 2011 no mercado internacional são alguns dos elementos das economias capitalistas, dos quais a China pode adiar a utilização, mas não fugir completamente deles.

As três medidas aparentemente são conduzidas com o intuito de conter a inflação, já próxima dos 5%. A elevação no preço dos alimentos, que ultrapassou os 10% no fim do ano, assim como o aumento de crédito dos pequenos e médios bancos, permitiu que a inflação ultrapassasse o estabelecido pela equipe econômica do Partido Comunista.

de trabalho, do poder de compra dos salários. Ou seja, para a massa assalariada toda inflação é ruim, pois mês a mês significa a depreciação de seu salário, expresso em moeda papel.

Da mesma maneira, a elevação da taxa de juros nada tem de “amargo remédio” para conter a inflação. Representa, na verdade, aumento dos custos de produção para uma parcela dos capitalistas (as chamadas “despesas financeiras”), as quais são repassadas para o preço das mercadorias, levando à sua elevação.

Se a medida atua sobre a inflação, o faz de forma indireta. Ao quebrar parte dos pequenos e médios capitalistas, estes são obrigados a diminuir os custos da produção, arrochando a massa salarial dos operários e desempregando. Por essa via, a medida conduz a uma diminuição média do valor da força de trabalho (as chamadas “despesas administrativas”), o que contrabalança a elevação dos custos em outro setor, permitindo estabilizar o preço das mercadorias, impedindo a depreciação da moeda em ritmo desenfreado.

Em outras palavras, as causas da inflação, no capitalismo monopolista, derivam-se da intervenção dos monopólios na formação dos preços e da intervenção dos governos que forcem o rebaixamento da massa salarial, enquanto permitem o superlucro dos grandes capitalistas. A conclusão é que tanto o fenômeno em si como a resposta burguesa a ele reforçam a exploração do trabalho e jogam sobre as massas as seguintes consequências: desvalorização da força de trabalho, aumento da pobreza e da miséria absolutas.

Contra a inflação que consome os salários, devemos defender a **escala móvel de reajuste combinada à defesa do salário mínimo vital**. Somente os capitalistas devem arcar com o peso da inflação, da especulação e de outros mecanismos típicos de seu sistema econômico.

O objetivo do governo chinês, bem como do brasileiro, ao anunciar o aumento da taxa e o aumento do compulsório dos bancos é diminuir a “demanda” interna, impedindo assim a elevação dos preços das mercadorias. É possível que a medida tenha algum efeito, mas não em virtude de seu conteúdo, mas sim das consequências que gera sobre a massa assalariada.

Ficou comum ouvir a seguinte inversão: “a demanda global aumentou, levando o preço de tal mercadoria às alturas”. Essa visão, além de distorcida, objetiva diminuir a massa salarial, responsável pelo “aumento da demanda”. Ora, o preço das mercadorias não é determinado apenas pela relação entre oferta e procura, mas pelo valor-trabalho nelas incorporado.

Os economistas burgueses omitem a teoria do valor-trabalho, melhor desenvolvida em Marx, para se fixarem na ideia da outra ponta: a importância da relação entre oferta e procura. Culpabilizam os assalariados por elevarem a demanda, quando seus salários o permitem. A receita adotada é então conter a massa salarial e tornar mais alta as taxas de juros, impedindo que o crédito aos assalariados empurre os preços para cima.

O que ocorre, na prática, é que se eleva a massa de lucros do capital especulativo, auxiliado pela política governamental de aumento da taxa de juros. Os capitalistas vinculados à indústria, para compensarem o aumento das “despesas financeiras” diminuem as “despesas administrativas” (os salários e o tipo de contrato dos operários). A partir da política de

contenção governamental, os assalariados pagam com o custo de sua força de trabalho a “estabilidade” inflacionária. Ganha muito uma parcela dos capitalistas, enquanto o conjunto dos assalariados perde.

Os epígonos maoístas do PC Chinês, ao seguirem o receituário dominante, projetam para um futuro próximo a destruição de parte da sua força de trabalho e o aumento da exploração da mão-de-obra, já tão barata em seu país.

A valorização do yuan

Se existe uma pequena circulação de mercadorias, mas seu preço é elevado artificialmente pela intervenção dos monopólios e do Estado, então a massa monetária precisa crescer proporcionalmente. Em momentos de hiperinflação, essa massa monetária não acompanha a quantidade de moeda-papel em circulação, o que aprofunda a depreciação da moeda, que já vinha ocorrendo com o aumento dos preços.

A China pode manter sua moeda interna e externamente desvalorizada porque o preço de suas mercadorias em relação ao mercado mundial sempre foi menor (dada a exploração do trabalho e a intervenção do Estado sobre a economia) que o dos principais países exportadores. A ideia atual do governo chinês segundo a qual há dinheiro demais em circulação, em forma de crédito, o que eleva o preço das mercadorias, é falsa.

O problema central é que o preço das mercadorias necessárias para a China (maior exportadora do planeta) está supervalorizado, o que pressiona os custos de produção para cima, elevando também o valor das mercadorias necessárias para a formação da força de trabalho (alimentos, por exemplo). Ou seja, a possibilidade de manter os preços de suas mercadorias muito abaixo do mercado internacional esgota-se rapidamente (mesmo com o preço da força de trabalho muito abaixo dos demais países industrializados). Com isso, um aumento da massa dos preços das mercadorias deve ser acompanhado pelo aumento dos meios de circulação (moeda), daí a nasce a necessidade do governo chinês de valorizar o yuan no mercado internacional e nacional.

A manutenção do yuan muito abaixo das principais moedas que atuam no mercado internacional representaria um gasto cada vez maior do Estado para emissão do papel-

Tragédia humana no Japão

Foram resgatados cerca de seis mil mortos depois do tsunami que invadiu a costa marítima de Fukushima. Estima-se que ainda milhares de corpos se encontram soterrados e tragados pelas águas do oceano Pacífico. A destruição massiva de vidas humanas se converteu em tragédia social. A consternação diante da destruição e das vidas subitamente arrancadas pela natureza se propagou por toda parte. Universalizou-se, desenhando as fronteiras de classe.

O povo japonês se submeteu a um perigo inevitável. O choque das placas tectônicas que se chocaram nas profundezas da terra provocou um abalo sísmico de 9 pontos na escala Richter e produziu uma energia equivalente a milhares de bombas atômicas, como as que os Estados Unidos lançaram sobre Iroshima e Nagasaki. Levantaram milhões de toneladas de água, imprimiram-lhe uma extraordinária velocidade e jogaram-na sobre Fukushima.

moeda; volume que precisa crescer para responder à massa dos preços das mercadorias.

Da valorização relativa do yuan para sua desvalorização absoluta

O aumento da taxa de juros e o aumento do compulsório dos bancos, além de serem medidas econômico-financeiras, são elementos políticos que preparam o caminho para a valorização do yuan.

Ao se fixarem como política econômica governamental, conduzirão a uma inflação crônica, como ocorre na maioria dos países capitalistas. A existência de uma inflação crônica coloca continuamente a desvalorização real da moeda, depreciação do papel moeda mês após mês, ano após ano.

Enquanto tem se beneficiado, nos últimos anos, de uma desvalorização artificial; com a adoção do receituário imperialista para conter a inflação, levará, depois de um tempo de valorização relativa, a uma desvalorização real, absoluta, porque vinculada à inflação crônica e ao papel de economia dependente das relações dominadas pelos monopólios imperialistas.

Se as contradições gerais do capitalismo se avolumam com a restauração capitalista, as contradições específicas da fase monopolista também ganham corpo. A tese de que a China reproduziria os passos clássicos das economias imperialistas, de desenvolvimento, crescimento e melhoria geral das condições de vida da população, não encontram base real na fase imperialista, de decomposição social do capitalismo. O estrangulamento do mercado mundial, a baixa taxa de lucros, a intervenção dos monopólios sobre as fronteiras nacionais são os ingredientes que o PC Chinês incluiu em sua receita de “entrada na economia de mercado”. O resultado dessa receita condiz com o papel contrarrevolucionário dos estalinistas-maoístas que governam o Estado e conduz a um aumento absoluto da miséria e da pobreza das massas.

Sem a Revolução, conduzida pelo numeroso proletariado chinês, logo não restarão mais elementos da economia estatizada, logo a opressão nacional e social ganharão maior peso. Apenas o controle da economia pela classe operária permitirá retirar a China dessa rota de colisão, somente o governo operário e camponês, destituído da camada burocrática, poderá fazer às tendências destruidoras do capitalismo apodrecido.

Pela potência do fenômeno, o número de mortos poderia ter sido bem maior. Mas o Japão não estava despreparado. Muitas e muitas foram as experiências com catástrofes naturais, que o obrigaram a constituir um sistema de proteção contra terremotos. As construções foram sendo adaptadas com uma engenharia de ponta e com materiais resistentes. Sensores ultrasensíveis e alarmes foram instalados para avisarem a tempo. A população está treinada a responder as emergências. Se não fossem esses avançados recursos materiais, científicos, tecnológicos e humanos, o Japão estaria mergulhado numa tragédia sem precedente em sua história de catástrofe natural.

Mas esse aparato social não caiu do céu. É produto do capitalismo avançado. A burguesia japonesa acumulou gigantesco capital. De forma que seu sistema de proteção é parte desse capital. Se não fosse, não seria possível que grupos econômicos montassem portentoso negócio com seguros. Sem dúvida,

não passa de um exemplo. O Japão, para atingir estágio tão elevado, se valeu do colonialismo, do expansionismo e do imperialismo.

Não por acaso foi um dos protagonistas fundamentais da II Guerra Mundial. Contabiliza em sua história milhares e milhares de mortos, dentro e fora do Japão. Derrotado, destruído e arrasado em Hiroshima e Nagasaki, reconstruiu suas forças produtivas no pós-guerra e voltou a ocupar um lugar de potência, ao lado dos Estados Unidos. Reintegrado ao sistema imperialista, sob a égide do capital norte-americano, estendeu suas multinacionais pelo mundo. A exploração de sua classe operária (extremamente qualificada para o trabalho e disciplinada a valorizar o capital) e das massas mundiais e a opressão sobre as nações semicoloniais permitiram um Japão luminoso e orgulhoso.

Está aí por que a consternação universal frente a “violência” do tsunami. Japão não é um Haiti. Não é um Chile. Em janeiro de 2010, um terremoto de 7 pontos destruiu 70% das moradias de Porto Príncipe, matou 250 mil pessoas e desabrigou cerca de 1,5 milhões da população. A capital se transformou em ruínas materiais e humanas. Estimaram-se US\$ 7,8 bilhões para reconstruir a cidade. Faz um ano e as massas continuam desabrigadas e vivendo na mais profunda indigência. O humanitarismo das potências mal escondeu seus objetivos de ave rapina. A burguesia mundial, com sua vasta rede de propaganda, insuflou também o sentimento de consternação universal, acima das classes sociais, do sistema econômico, das

relações comerciais e dos governos. Mas o Haiti empobrecido e submetido à intervenção militar da Minutah sobressai em meio à campanha hipócrita do humanitarismo imperialista.

Oxalá, a classe operária japonesa e os demais explorados tivessem se manifestado contra a miséria imposta pela burguesia haitiana e pelo capital internacional, estaria também enfrentado a tragédia de seu próprio povo de maneira distinta.

O rompimento nas estruturas de reatores nucleares de Fukushima talvez torne a tragédia japonesa ainda mais dura. Tudo indica que as autoridades escondem da população a situação real do vazamento radioativo. Os mortos estão mortos, o que sobressai agora são os perigos nucleares e as consequências econômicas. A estimativa sobre bilhões de perdas, sobre quanto o Tesouro vai ter de gastar e um possível golpe na lenta e pequena recuperação da economia ganharam o primeiro plano.

Não pode haver dúvida de que a burguesia japonesa e seu governo chamarão os explorados a cooperarem por meio da contenção salarial, do desemprego, de impostos e perda de direitos. Os especuladores não fazem luto e nem perdem tempo para enterrar os mortos. Os monopólios choram e lamentam as vidas por meio de seus jornalistas, padres etc. Estão preocupados com seus negócios. O governo abriu os cofres e despejou bilhões para os burgueses se protegerem.

É hora da classe operária japonesa se movimentar em sua defesa e da maioria da população explorada. O proletariado mundial deve apoiar os trabalhadores do Japão, como os do Haiti e do Chile, não de luto, mas com luta.

Situação Política Nacional para debate no Congresso do POR-Argentina

Publicamos nesta edição uma síntese do documento que norteará as discussões da seção Argentina para seu Congresso de 2011.

A crise econômica mundial, iniciada em 2008, avança. Grécia, Europa Ocidental, Irlanda e outros países são empurrados para a quebra. França e Inglaterra demolem os vestígios do “estado do bem-estar social”. A destruição das forças produtivas e tendências bélicas se aprofundam. A guerra das moedas e o protecionismo são expressão da batalha comercial. A taxa de juros próxima de zero nos países imperialistas empurra os especuladores para os países “emergentes”. O comércio exterior triplicou na Argentina na última década, condicionando a economia nacional. A aposentadoria de 82% dos rendimentos é atacada, nivelando o ganho de 5 milhões de aposentados a valores mínimos. A repercussão da crise mundial sobre a economia argentina – materializada nos planos de ajuste do governo – é seguida da mobilização cada vez mais radicalizada das massas.

As lições das lutas de 2001/2002

O ascenso de 2001/2002 foi desviado e dispersado, mas pode ressurgir. No período, o desemprego massivo, perdas de conquistas trabalhistas, fechamento de fábricas, privatizações e submissão ao capital financeiro internacional foram respondidos com movimentos piqueteiros, assembléias, ocupações de fábricas e a generalização do método da ação direta e abstencionismo, que expressava o rechaço à politicagem dos partidos.

A falta de uma direção revolucionária para as massas, em especial para o proletariado, impediu que se avançasse rumo à tomada do poder. A classe operária não interveio com seu

método tradicional, a greve, devido aos golpes sofridos nas décadas anteriores, que jogaram grande parte da classe no desemprego e aprofundaram o domínio da burocracia sindical.

A greve geral é o método de luta essencial da classe, mostra todo seu poder e a eleva a direção nacional. Os desempregados reivindicaram trabalho nos movimentos piqueteiros; os operários ocuparam os estabelecimentos que ameaçavam fechar ou demitir massivamente. Demonstraram na prática que os trabalhadores não precisam dos patrões para produzir.

Recomposição do Estado e favorecimento ao imperialismo

A burguesia colocou em marcha uma operação para resgatar seu Estado em perigo. Combinou os planos assistencialistas, que chegaram a 2 milhões, com a repressão, como a do Massacre da Ponte Pueyrredón (2002). A maioria das esquerdas e movimentos passaram a disputar a administração dos planos assistencialistas, abandonando e deformando a luta por trabalho genuíno.

Kirchner assumiu a tarefa de reconstruir a autoridade do Estado, apresentou seu governo como distinto dos anteriores, aliou-se com a burocracia sindical da CGT (Confederação Geral de Trabalhadores), tomou a bandeira dos Direitos Humanos, mudou a cúpula da Corte, alegava renovar a política, mas acabou mantendo-se no corrupto e mafioso Partido Justicialista. O alardeado enfrentamento ao FMI foi logo substituído por um plano para “quitar” a dívida – anteriormente denunciada como fraudulenta

– utilizando as reservas nacionais e empréstimos com o Clube de Paris. Cristina também rechaçou qualquer tentativa de suspender ou investigar o pagamento da dívida. As pautas econômicas fixadas pelo FMI também foram cumpridas (alto superávit fiscal e redução dos planos assistencialistas).

O discurso nacionalista do governo está em contradição com o que ocorre na economia, foram oito anos de: maior penetração do capital imperialista, tomando recursos minerais, petrolíferos, campos e lagos; blindagem das multinacionais que se apropriaram das privatizações de Menem; crescimento do domínio das transnacionais no comércio exterior; favorecimento a estes setores via créditos bancários; condicionamento da produção agropecuária ao converter a soja no principal produto exportável. O abandono das bandeiras históricas do nacionalismo mostra a impotência da burguesia. O domínio do imperialismo não se dá só pela dívida externa, hoje se manifesta no controle de setores vitais da economia por meio das multinacionais.

Em sua política exterior, o kirchnerismo deixou que os EUA usassem a Argentina para limitar as aspirações do Brasil de ser o porta voz da América Latina no mundo. Combinou aliança com Chavez, Correa e Evo; rechaço a ALCA; e não reconhecimento da eleição de Honduras com envio de tropas ao Haiti. A reivindicação permanente sobre as Malvinas não se traduziu em nenhuma medida que afetasse materialmente o imperialismo.

Desde o princípio, o POR caracterizou o kirchnerismo como expressão da burguesia impotente, o que levou ao fracasso em suas promessas de instaurar um capitalismo “sério” ou desenvolver a burguesia industrial. Nem com o conflito com as patronais do campo, foi capaz de nacionalizar o comércio exterior e o regime de posse da terra. O discurso de redistribuição de renda se choca com uma realidade em que a maioria dos assalariados recebe apenas um terço da renda nacional. A burguesia não independizará a nação, não atenderá as reivindicações elementares das massas e não desenvolverá as forças produtivas, é uma classe covarde, impotente, corrompida e atrelada ao capital financeiro e latifundiários. As tarefas democráticas e nacionais só podem ser resolvidas pela classe operária no poder que as combinará com suas próprias tarefas.

Desemprego, precarização e inflação

Kirchner foi favorecido com anos de contínuo crescimento da economia, isto se deveu ao fato de partir de um profundo retrocesso na produção decorrente das políticas neoliberais; à desvalorização do peso, servindo como barreira protecionista; e à maior procura e valorização internacional de produtos agropecuários. Nem com a economia favorável pôde terminar com o desemprego, subemprego, trabalho precarizado, fome, desnutrição e pobreza da maioria.

Uma massa significativa dos trabalhadores retomou o emprego, mas em piores condições. De 15 milhões que compõem a População Economicamente Ativa, só 4,7 milhões estão incluídos em convenções coletivas de trabalho. O desemprego ainda atinge 2 milhões, e 4,5 milhões de trabalhadores não são registrados. Esta divisão da força de trabalho é utilizada para aumentar o nível da exploração. Milhares dos estabelecimentos fechados nas décadas anteriores não foram reabertos e setores da economia voltam a recorrer às importações mostrando que a criação de vagas já se esgota. O crescimento da produção de mercadorias e construção de moradias não corresponde às necessidades da maioria da população, mas sim das multinacionais.

Nota-se, assim, que o governo Kirchner não é progressista ou reformista, é burguês e reacionário, veio para acabar com o levante de 2001/2002, recompor o estado burguês, combinando cooperação e repressão seletiva, sem tocar na propriedade privada dos grandes capitalistas. A ausência da direção revolucionária contribuiu para que as massas não vejam o governo como seu inimigo.

A inflação incontável leva ao desgaste na relação das massas com o governo. O grande capital receita: congelar a economia, reduzir investimentos públicos, frear a expansão monetária, subir as taxas de juros e frear o consumo. A inflação corrói os ganhos da maioria, decorre do alto grau de monopolização, os poucos que controlam o aço, alumínio e combustíveis arrastam toda a cadeia produtiva. Com a perda da competitividade dos produtos argentinos, aumenta a pressão importadora, como o que ocorreu sob o menemismo.

Para lutar contra a inflação, os trabalhadores devem exigir que os salários e aposentadorias cubram a necessidades vitais de uma família e que haja um reajuste que acompanhe a inflação real. Para os setores mais empobrecidos, o pão, leite e carne são proibitivos. É preciso confiscar cadeias de supermercado para armar centros de abastecimentos em que os produtos cheguem aos bairros com preços acessíveis e para que se instalem refeitórios sob controle direto da população dos bairros.

O governo busca localizar-se no centro da situação política, aparecendo em confronto com as câmaras empresariais, meios de comunicação e setores de esquerda. Quer mostrar que sua política é a única possível. Os partidos burgueses não se recuperaram da crise de 2001/02, limitam-se à aparição de um punhado de dirigentes na mídia para dar sinais de vida. A oposição burguesa tenta ganhar as classe médias. Clamam por mais ataques aos trabalhadores, atacam os protestos fajutos da burocracia sindical e as ações limitadas do governo, criando nas massas a ilusão de que estes defenderiam seus interesses. A diferença entre governo e oposição é apenas de grau, mas a disputa interburguesa é um fator de instabilidade. A oposição tentou impor sua política a partir do Congresso Nacional, mas fracassou, pois não há possibilidade de que o Congresso possa ter vida como instituição fundamental da democracia burguesa. O parlamentarismo é um luxo que só tiveram as potências imperialistas.

Burocracia sindical, capanga do governo

A CGT, totalmente integrada ao governo, tem um papel de importância vital. Desde o início de sua gestão, Kirchner encarregou o burocrata Moyano de converter-se em campeão de protestos sociais, substituindo os grupos piqueteiros e de esquerda. Apesar de ser a única central com poder de mobilização organizada, a CGT já desperta o ódio de trabalhadores que percebem na luta (Kraft, metrô, motoristas) o apodrecimento desta burocracia. O governo tenta bloquear qualquer caminho de organização independente e encarrega a burocracia até mesmo de reprimir aqueles que lutam por seus direitos mais elementares, o que se viu no assassinato de Mariano Ferreyra. Coloca-se a tarefa de organizar a auto-defesa e desenvolver a campanha pelos tribunais populares para punir até os últimos responsáveis pelo crime.

A CTA (Central de Trabalhadores da Argentina) fez seguidismo ao governo e à burocracia cegetista, abandonou a independência em relação ao governo (discurso com o qual justificou seu nascimento), abandonou a luta por sua legalização como Central, prometida por Kirchner. O governo e a oposição burguesa inter-

vêm diretamente na vida da central. O POR se opôs à criação da CTA desde sua fundação, em vez de dividir os trabalhadores era necessário enfrentar a burocracia. Mantém-se a tarefa de expulsar ambas burocracias e unificar todo o movimento operário pelas bases. O fracionamento na CTA se reproduz nos sindicatos, atomizando e enfraquecendo os trabalhadores. Não será pelas eleições que se recuperará a organização, mas sim por meio de um Congresso das Bases com delegados tirados nas assembléias de todos os sindicatos e organizações que as integram.

Eleições 2011

A fração governante pretende se aliar com setores do peronismo que se afastaram para continuar favorecendo um setor da burguesia que depende dos negócios do Estado, via subsídios, obras públicas e crédito barato. A oposição burguesa mal consegue formar uma frente para desalojar os Kirchner, não tem figuras de projeção, seus partidos estão fragmentados, enfrentados entre si, mas possuem um poderoso respaldo econômico. O projeto do setor é eliminar subsídios, cortar o poder sindical, eliminar as retenções às exportações, etc. A campanha vai se polarizar entre kirchnerismo e anti-kirchnerismo, porém, ambas frações representam uma mesma classe que vive de joelhos diante do imperialismo.

Sem uma política própria, as massas serão arrastadas por esta polarização, elegerão seu próximo carrasco. A presença das ilusões democráticas determina a obrigação de intervir no processo eleitoral para ajudar as massas a superá-las. É imprescindível intervir assinalando os eixos que expressam a independência política da classe operária:

- Intervir nas eleições para fazer dela uma tribuna proletária.
- Exigir a legalidade para todas organizações que queiram se apresentar às eleições, sem condicionamentos. O caminho não é se adaptar, mas lutar para impor a plena vigência deste direito democrático.
- Para libertar a nação da tutela imperialista, expropriar os meios de produção das mãos das multinacionais, nacionalizar o sistema bancário, o comércio exterior e expropriar os latifundiários.
- Defender os métodos de luta, da ação direta das massas para alcançar suas reivindicações.
- A estratégia da classe operária é o comunismo, para começar a construí-lo é necessário tomar o poder, expropriar a burguesia, acabar com sua ditadura.
- Combater as ilusões de reformas ou humanização do capitalismo, que é sinônimo de fome, miséria e desemprego.

Direção Revolucionária e Tomada do Poder

Junto com a escalada dos preços do gasolina derrotado nas ruas e a superação da imagem idealizada do “irmão Evo”; desenvolve-se uma forte escalada de luta social a partir da rejeição do aumento dos preços e das tarifas do transporte e pelo salário que corresponde à cesta básica familiar com escala móvel de reajuste. Os protestos expressam profundos sentimentos anti-masistas marcados pela radicalização e generalização dos protestos. O que põe a nu o fracasso político e econômico do Estado burguês em atender às demandas sociais. Mas a luta conjuntural não deixa de ser econômica, reivindicatória e setorial, apesar dos esforços por organizar inter-setoriais e dos chamados de unificação da luta com uma única pauta de reivindicação.

A mobilização não visa a capacitar a direita, nem os oportunistas

- Denunciar as campanhas que se limitam a algumas denúncias ou algumas consignas transitórias desligadas dos objetivos políticos da classe operária.

Trabalhar pela ação direta

A única oposição ao regime dos capitalistas está se erguendo a partir das lutas dos trabalhadores que romperam os tetos nas negociações paritárias (alguns sindicatos conseguiram mais de 30% de reajuste). As lutas dos docentes, trabalhadores da saúde, petroleiros, metroviários, metalúrgicos, jovens que ocuparam escolas, colégios e universidades prenunciam o que vem em 2011. A burocracia sindical e o governo farão grande esforço para reforçar os desbordes e reforçar a agenda eleitoral. Ao mesmo tempo, o 2011 terá como protagonistas as massas lutando contra a inflação, rompendo os acordos e pactos sociais.

É necessário preparar o próximo levante popular para impor:

- salário e aposentadorias mínimos iguais ao custo da cesta familiar reajustados com o aumento real dos preços; rechaço dos planos de paz social que pretendem limitar as reivindicações dos trabalhadores.
- pleno emprego, divisão de todas as horas disponíveis entre todos trabalhadores, sem redução de salários.
- fim do trabalho precarizado ou terceirizado.
- Centros de abastecimento e refeitórios sob controle popular direto nos bairros para assegurar a provisão de alimentos e bens imprescindíveis a preços acessíveis. Expropriação das cadeias de supermercados.
- Plano de obras públicas sob controle dos trabalhadores para garantir a provisão de gás por rede, esgoto, moradias, hospitais, postos de saúde, escolas, universidades, de acordo com as necessidades da população.
- Preparar a greve geral com mobilizações e ocupações para impor estas reivindicações para todos os trabalhadores. Recuperar todos os sindicatos desde as bases assegurando a unificação de todos os trabalhadores. Fora a burocracia apodrecida, plena independência frente ao Estado e patrões.
- Impulsionar a auto-organização nos bairros, escolas, locais de trabalho para elaborar uma lista única de reivindicações para unificar e centralizar todas as lutas.
- Desenvolvamos as tarefas pendentes de 2001/02, construa-mos a direção que o movimento necessita, impulsionando os piquetes, as assembléias, coordenadoras, a ocupação de empresas e de terras.

do Movimento Sem Medo. A burocracia sofre com o fiasco masista, a desconfiança em “salvadores”. Aqueles que buscam pescar em águas revoltas são bem conhecidos. As pessoas não vêem uma resposta para pergunta “o que virá depois de Evo?” A presença dos assalariados e suas demandas salariais, além dos repetidos ataques por parte do governo ao POR, colocaram o trotskismo no olho da tormenta, que o ajudará a se tornar uma potência política e organizativa inserida no seio dos lutadores sociais, que os dirige para a tomada do poder. Caso contrário, a mobilização pode se esgotar por si mesma ou ser utilizada por qualquer aventureiro e restabelecer as saídas democrático-burguesas.

O atual ascenso das massas requer o fortalecimento da direção revolucionária, ou seja, o POR (Partido Operário Revolucionário), que só

Tito

pode ser alcançado através da clareza as nossas consignas transitórias, enfatizando a estratégia proletária do governo operário e camponês, com o apoio das classes médias empobrecidas, baseado nos órgãos de poder, sob o regime da propriedade social. As células e os militantes devem se colocar à altura desse processo histórico, onde apenas os trotskistas ficaram na trincheira da esquerda. Os outros estão lambendo os pés do masismo pró-burguês e pró-imperialista. A incapacidade do MAS que visa apenas a fazer os pobres lutarem contra pobres e seu desgoverno é fruto, em última instância, da caducidade do regime burguês que defende. Não há dúvida de que a batalha fundamental é para enterrar o capitalismo e construir o socialismo.

Reivindicar a unidade pela unidade é acolher criminosos e reformistas de toda espécie. A unidade dos explorados e oprimidos deve ser baseada na tática e estratégia operária, a ditadura do proletariado, pela qual o país será transformado num verdadeiro governo de operários e camponeses, que abolirá a propriedade privada dos meios de produção (minas, fábricas, empresas, terra, óleo etc.) e reorganizará toda a estrutura econômica sobre a base da propriedade social, para que todos trabalhem de acordo com suas capacidades e receba de acordo com suas necessidades. Mas estamos conscientes de que a classe dominante (minúscula em números) não vai desistir de seus privilégios sem mandar bala, é por isso que a revolução será

violenta e os setores devem se armar e ganhar as tropas militares e policiais para que voltem suas armas contra os opressores.

O papel fundamental do POR é dar conteúdo e projeção revolucionária à luta instintiva que as massas exploradas e oprimidas retomaram. Por si só, não chegariam à conclusão, ainda que aprofundassem e unificassem a luta, de que é necessário criar o governo operário e camponês. Ante a evidente exaustão do regime. Coloca-se a necessidade do trabalho do partido em converter a luta econômica em luta pelo poder político, a luta instintiva em consciente. Temos de estar preparados para liderar esse processo como uma ação organizada.

A míope imprensa burguesa e os politiquinhos acreditam que tomar o poder significa chegar à cadeira presidencial. Para os revolucionários, a tomada do poder é quando os meios de produção passem ao controle coletivo dos trabalhadores, que através dos órgãos de poder popular planifiquem a economia segundo as necessidades humanas e não pelo ganho pessoal.

– Se os governantes já não podem alimentar os explorados e oprimidos, devemos expulsá-los do poder e tomar em nossas mãos as soluções para a necessidade histórica da libertação nacional e social.

– Saír da fome e do atraso e da opressão com a revolução social sob a direção do proletariado!

(extraído do “Masas” boliviano nº 2208, de 18/03/2011)

A burocracia sindical e o salário mínimo vital

Inicialmente, é necessário fazer uma precisão: o que chamamos de salário mínimo vital é a mesma coisa que os sindicalistas chamam de salário igual ao custo da cesta básica familiar, que na Bolívia, já era uma das reivindicações das “Teses de Pulacayo”, na primeira metade do século passado (1946). Essa consigna que expressa claramente a concepção operária (revolucionária) do salário demorou demais para criar raízes no seio do proletariado e tem sido duramente combatida pelo Estado burguês, pelas expressões políticas da classe dominante, pelos empresários nativos e pela burocracia sindical corrupta e subserviente ao capital. Tem a virtude de colocar a nu a natureza do sistema capitalista, baseado na exploração e na manutenção da força de trabalho em condições desumanas, portanto, torna-se uma das consignas de transição fundamentais no processo de amadurecimento da consciência de classe do proletariado.

A novidade do mais recente processo político é que a consigna da cesta familiar está se generalizando com muita facilidade em todos os setores assalariados, inclusive naqueles de classe média profissional que dependem de um salário do Estado ou de empresas privadas. É comum ouvir da boca de um médico ou de um professor a necessidade de atingir o valor da cesta para impedir que a crise (que se expressa por meio de uma inflação galopante) acabe condenando o trabalhador e sua família a morrer de fome. Nesse estado de coisas, as consignas confusas, como a do salário justo, no caso dos professores a nivelção dos salários dos professores urbanos com os do setor rural, etc, que os reformistas inventam, desapareceram do palco.

Nestas circunstâncias é que a burocracia sindical da COB foi forçada, pela pressão dos explorados mobilizados nas ruas, a anunciar o cálculo da cesta familiar de Bs 8.309, onde o gasto com alimentação abrange mais de 40 %. Imediatamente, todos os setores se apropriaram do valor da nova cesta. Apesar das críticas dos governantes e das empresas privadas que repetidamente têm tentado mostrar esse valor como irreal e irresponsável, os explorados de todos os setores a elaboram como uma necessidade e como a única resposta para a insustentável situação econômica atual.

Frente ao ataque do governo e da classe dominante nativa com

relação ao valor da cesta, os dirigentes do COB retrocedem tirando da manga o argumento de que se trata apenas de um “valor de referência” para se iniciar as negociações com o governo sobre o problema do salário. O mais cínico deles (o estalinista Pinaya) pretende dar um conteúdo teórico à capitulação dizendo que, no capitalismo, é impossível chegar a um salário mínimo, porque anularia a mais-valia e outras bobagens como essa. Para esse servo do capital, salário mínimo só pode existir no socialismo, ou, pior no comunismo (quando se tiver eliminado a exploração do homem pelo homem). Se for assim, a conclusão não pode deixar de lado a luta pelo direito de comer e viver como seres humanos, mas de lutar para destruir a sociedade capitalista e de impor o socialismo.

Assim, a burocracia sindical se desnuda por inteiro e revela que nunca quis levar a sério a necessidade de lutar para satisfazer as necessidades básicas daqueles que dizem representar. Qual será o destino que poderiam ter as negociações nas mãos dessas pessoas que, em princípio, abandonam a cesta básica familiar como a única base real para o cálculo do salário de um trabalhador?

Como tem acontecido, o governo, em conluio com burocratas, decretou seu miserável reajuste salarial que nem sequer compensa o aumento da inflação, ou seja, aumenta a perda do poder aquisitivo dos miseráveis salários dos bolivianos.

Agora, objetivamente, podemos ver que o governo, as empresas privadas nacionais, as multinacionais imperialistas no país e a burocracia sindical formam uma frente única para defender o lucro sagrado dos patrões à custa da miséria dos explorados. Todos eles estão comprometidos com a política criminoso de descarregar sobre as costas dos trabalhadores assalariados e da grande maioria dos trabalhadores autônomos todo o peso da crise capitalista.

Só uma poderosa mobilização unificada de todos os explorados do país pode frustrar as manobras da classe dominante e da burocracia sindical traidora e impor nas ruas um salário mínimo, com escala móvel de reajuste.

(extraído do “Masas” boliviano nº 2208 de 18/03/2011)